

Cercada de polêmica, CPMF chega esta semana ao Senado

Criada em 1993 como imposto provisório e depois transformada em contribuição igualmente temporária, a CPMF sempre enfrenta polêmica no momento de sua

prorrogação. Os próprios governistas admitem que desta vez não será diferente. “Prorrogar a CPMF no Senado vai ser uma guerra”, reconhece o petista Delcídio Amaral. Com a

aprovação na Câmara perto da conclusão, a proposta, que amplia também a vigência da Desvinculação das Receitas da União (DRU), deve chegar esta semana no Senado.

PÁGINA 3

Após aprovação na CCJ, fim do voto secreto vai ao Plenário

PÁGINA 5

Convergência é desafio para comunicação

O Senado e a Câmara dos Deputados realizam conferência destinada a debater a necessidade de um novo marco regulatório para a comunicação social.

PÁGINA 9

Pesquisa indica confiança da população na CPI do Apagão Aéreo

PÁGINA 11

e mais...

AGENDA

Página 2

AGORA É LEI

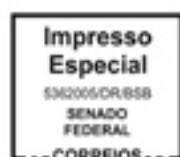
PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13



ACÁCIO PINHEIRO/UNB AGÊNCIA

Vestibulandos vasculham lista de aprovados da UnB: projeto de Cristovam prevê mudança em todas as instituições federais

Avaliação seriada pode ser obrigatória

PÁGINA 7

Orçamento realiza audiência em Belém

PÁGINA 12



GERALDO IMAGELA

Flexa Ribeiro (E); José Júlio Lima, do Pará; Otomar Pinto, de Roraima; Roberto Rocha e José Nery

cidadania

Audiências públicas dão vez às opiniões do cidadão

Além do voto nas eleições, existem diversas formas de participação dos cidadãos nas decisões do poder público. Veja no Especial Cidadania como funcionam e para que servem as audiências públicas.

PÁGINA 16

TRIBUTAÇÃO Senadores governistas se preparam para resistência da oposição à prorrogação do "imposto do cheque"

Batalha da CPMF às portas do Senado

A proposta de emenda à Constituição que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvinculação das Receitas da União (DRU) foi aprovada em sessão da Câmara que durou 13 horas, na quarta-feira passada. Ainda restam 65 emendas e dez destaques a serem votados pelos deputados nesta terça, quarta e quinta-feira. Com isso, a PEC (50/07) deve chegar ainda esta semana ao Senado, prometendo novo embate entre governo e oposição.

– Prorrogar a CPMF no Senado vai ser uma guerra – observou Delcídio Amaral (PT-MS).

O DEM, maior partido de oposição, já anunciou que fechará questão contra a aprovação da proposta. O PSDB, segunda maior bancada oposicionista, também não mostra boa vontade com a prorrogação da CPMF. Os dois partidos têm 30 senadores e, se forem acompanhados por mais três parlamentares, são capazes de impedir a votação da PEC, que precisa do voto favorável de 49 dos 81 senadores para ser aprovada. Pelo menos cinco senadores de outros partidos já anunciaram a intenção de votar contra a contribuição.

– A CPMF é um péssimo tributo. Desestimula o crédito, eleva os custos e afeta negativamente toda

a cadeia produtiva. Além disso, manter a CPMF é autorizar o governo Lula a continuar aumentando seus gastos – afirmou Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), rebateu os oposicionistas.

– A CPMF financia os gastos com a saúde e o programa Bolsa Família. Sem ela, as ações sociais correm riscos. Ao invés de reduzir ou extinguir a contribuição, o governo prefere reduzir impostos de setores produtivos que precisam de incentivos – disse Ideli.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o relator na Câmara,

deputado Antonio Palocci (PT-SP), estiveram no Senado discutindo com líderes governistas formas de encaminhar as negociações. Nos últimos dias, foram descartadas possí-

veis alterações no conteúdo do texto, para arregimentar votos.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), chegou a admitir um "abrandamento" da contribuição "no futuro". Agora, o governo insistirá na prorrogação por mais quatro anos, com a atual alíquota de 0,38%. Como compensação, negociará a redução de outros impostos de áreas estratégicas.

No Senado, a PEC será examinada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ). A base do governo tem maioria nas duas, mas a CCJ é presidida pelo oposicionista Marco Maciel (DEM-PE).



O ex-ministro da Saúde Adib Jatene (C) patrocinou o retorno da CPMF em 1996, extinta em 1995

Contribuição polêmica completa 14 anos

Criada durante o governo Itamar Franco (1993) como imposto provisório, a CPMF teve uma existência tumultuada nesses 14 anos. Sua cobrança chegou a ser suspensa no ano de sua criação pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por inconstitucionalidade. Depois disso, foi renovada quatro vezes, com alíquotas variando de 0,2% a 0,38%. Ela deixou de existir por um ano (1995) e renasceu no ano seguinte, patrocinada pelo então ministro Adib

Jatene, da Saúde, que queria aumentar as verbas do setor.

Nesses 14 anos, a CPMF levou para os cofres federais R\$ 278 bilhões (corrigidos pelo índice de inflação IPCA), mas nem tudo foi aplicado em saúde, assistência social e combate à fome. Levantamento do *sit*e Contas Abertas, especializado em examinar os gastos do governo, informa que R\$ 33,5 bilhões da arrecadação de 1997 a 2006 ficaram no caixa do Tesouro e ajudaram a for-

mar o superávit primário, para pagamento de juros da dívida pública.

Esse dinheiro foi retido, como permite a Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada por uma emenda constitucional da era Fernando Henrique Cardoso, que autoriza o governo a usar livremente 20% das destinações obrigatórias previstas na Constituição. A DRU também está sendo prorrogada na mesma emenda constitucional da CPMF.



No Plenário da Câmara, deputados aprovam o texto-base da PEC que prorroga a CPMF até 2011

Papéis trocados na defesa e na crítica

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é um tributo defendido por aqueles que se encontram no governo, mesmo que pouco tempo antes tenham se manifestado contra sua criação. O PT, que hoje defende a contribuição, evitou dar votos no passado para sua prorrogação. O PSDB, que hoje se junta ao DEM contra o tributo, por três vezes enfrentou parlamentares contrários à CPMF. Quem está no governo alega que não pode ficar sem a arrecadação – neste ano, serão aproximadamente R\$ 35 bilhões, ou cerca de 8,5% de tudo que irá para o caixa federal.

É uma contribuição amada por

quem está no governo federal, mas odiada por empresários e boa parte dos economistas. Eles alegam que se trata de um tributo que afeta a economia, pois é cobrado em cascata em todas as fases da produção, podendo somar, em alguns casos, até 3% do custo de um produto.

Quem defende a CPMF diz que ela é cobrada apenas de quem movimenta dinheiro nos bancos e, por isso, contém um viés de justiça social. Os economistas e empresários retrucam, ponderando que todo empresário é obrigado a repassar o tributo ao preço final de seus bens e serviços, que são comprados indistintamente

por ricos ou pobres.

Há ainda a luta para que seus recursos da CPMF sejam divididos com os estados. Em sua defesa, o Executivo federal alega que ela foi criada como "contribuição", e não como "imposto", e as contribuições ficam integralmente nos cofres federais. Na batalha atual pela prorrogação, alguns governadores, liderados por Eduardo Campos, de Pernambuco, levantaram a bandeira pela sua divisão, mas o Palácio do Planalto rejeitou a pretensão. Caso a CPMF seja compartilhada com os estados, ficariam ainda menores as chances de um dia ela ser extinta.

Renan apela aos líderes para garantir votações

"Guerra, não; eu sou um homem de paz." Assim o presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu na última quarta-feira a uma pergunta da imprensa sobre a sua disposição de enfrentar uma verdadeira guerra em Plenário para a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da CPMF. A matéria ainda precisa ter sua votação concluída na Câmara antes de ser submetida à deliberação dos senadores.

Renan falou sobre a dificuldade para votar os projetos incluídos na ordem do dia. Ele disse que aguarda o esforço dos líderes partidários para que se consiga quórum capaz de garantir as votações.

– Não se pode obstruir só por obstruir. Temos de votar o que é importante para a sociedade, para o país – enfatizou.

O senador foi ainda indagado sobre a hipótese de o Conselho de Ética juntar em um só processo as três representações ajuizadas contra ele que tramitam na Casa.

– É preciso observar o Regimento Interno e a Constituição federal – respondeu ele.

Infra-Estrutura realizará audiência com Mantega e Skaf

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, serão convidados a participar de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para discutir os parâmetros da CPMF e a prorrogação da cobrança do tributo. O debate foi requerido pelo presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), e pelo senador Expedito Júnior (PR-RO). A data da audiência ainda será marcada.

O texto-base da PEC que prorroga a contribuição até 2011 e mantém a alíquota em 0,38% foi aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada. Foram 338 votos a favor, 117 contra e 2 abstenções.

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é um tributo que incide sobre todas as movimentações bancárias, exceto negociação de ações em bolsa, saques de aposentadorias, seguro-desemprego, salários e transferências entre contas correntes de mesma titularidade.

TRIBUTAÇÃO



Em sessão do Congresso, as Mesas da Câmara e do Senado promulgam emendas constitucionais

Municípios terão aumento de recursos

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgarão na última quinta-feira, em sessão solene do Congresso, duas emendas constitucionais. Uma delas aumenta os recursos destinados aos municípios e a outra determina que as crianças nascidas no exterior, com mãe ou pai brasileiro, tenham a nacionalidade brasileira, desde que sejam registradas em consulado.

A primeira medida – Emenda Constitucional 55/07 – aumenta em um ponto percentual os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios

(FPM). Atualmente, o fundo é composto por 22,5% da arrecadação total do governo federal com dois tributos: o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a promulgação, o percentual se eleva para 23,5%. Algumas estimativas prevêem que essa mudança aumentará em cerca de R\$ 1 bilhão por ano os repasses aos municípios.

A proposta que originou a medida havia sido aprovada na Câmara em 14 de agosto, sendo ratificada pelo Senado no dia 29 daquele mês. Sua aprovação atende à demanda de prefeitos

de todo o país.

Já a Emenda Constitucional 54/07 visa assegurar o registro, em consulados, de filhos de brasileiros nascidos em país estrangeiro. Estima-se que serão beneficiadas cerca de 200 mil crianças. De acordo com o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a medida é necessária porque há muitos casos em que famílias brasileiras não conseguem registrar seus filhos nascidos no exterior.

Essa emenda altera um dos incisos do artigo 12 da Constituição federal e acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em defesa da arrecadação compartilhada

Se depender da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, vai acabar o espaço da União para ampliar a arrecadação não compartilhada com estados e municípios mediante a criação de contribuições fiscais. Tasso Jereissati (PSDB-CE) articula a apresentação de uma emenda constitucional com a finalidade de incluir a arrecadação das contribuições no bolo dos recursos rateados por meio dos fundos de participação estadual e municipal (FPE e FPM).

A sugestão foi apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da subcomis-

são, durante mais uma rodada de discussões sobre uma reforma do sistema tributário nacional. O debate contou com a presença de José Roberto Rodrigues Afonso, economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cedido temporariamente ao Senado para atuar como assessor técnico da subcomissão.

Jereissati antecipou ainda que vai cobrar do governo a apresentação da proposta de reforma tributária que havia prometido encaminhar ao Congresso como parte do debate em torno da renovação da Contribuição

Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

– Tudo indica que, depois de enviar a proposta de renovação da CPMF, o governo não quer mais conversar sobre a reforma tributária – avaliou Jereissati.

A criação de um cadastro único de contribuintes, nacional e obrigatório, foi apontada por José Roberto como condição indispensável para integrar fiscos de todo país, parte essencial da preparação da futura reforma tributária. Ele sugeriu ainda a universalização do uso da nota fiscal eletrônica em todos os estados.

CAE acolhe ampliação de descontos do IR

Os filhos ou enteados ainda em gestação poderão ser incluídos no rol de dependentes para fins de dedução do Imposto de Renda Pessoa Física, de acordo com projeto aprovado pela Comissão

de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 7/07), de Francisco Dornelles (PP-RJ), obteve parecer favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O colegiado aprovou ainda

proposta que tem por finalidade possibilitar o desconto em folha de empréstimo levantado junto às instituições financeiras para permitir a quitação antecipada de contratos de empréstimos firmados com outra instituição. O texto (PLS 272/06), de Valdir Raupp (PMDB-RO), contou com voto favorável de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Projeto (PLS 27/00) prevendo alíquota unificada de 7% do ICMS sobre operações interestaduais com farinha de trigo, do senador Osmar Dias (PDT-PR) e com parecer favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP), também foi acolhido pela CAE.

Indicação de Pagot para o Dnit depende de quórum

Em duas sessões consecutivas – na terça-feira e quarta-feira da semana passada –, o presidente do Senado, Renan Calheiros, suspendeu por falta de quórum o processo de votação da Mensagem 74/07, relativa à indicação do economista Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). Nas duas ocasiões, a obstrução dos senadores do DEM e do PSDB impediu que se alcançasse o

quórum de 41 senadores para a votação da matéria.

Embora tenha justificado a obstrução como uma decisão partidária, o líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), liberou os senadores por Mato Grosso Jonas Pinheiro e Jayme Campos para votarem na indicação de Pagot. O economista, que foi secretário parlamentar no gabinete de Jonas Pinheiro, teve voto favorável de Jayme Campos aprovado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Conforme Agripino, o fim da obstrução do DEM a essa e a outras matérias de interesse do governo Lula vai depender de entendimento com os governistas sobre a pauta de votações.

De acordo com Renan, dificuldades para votação de matérias em Plenário estarão superadas em breve



Renan: “Não se pode tirar da oposição o direito de obstruir”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que não se sente constrangido com a obstrução que as bancadas de oposição fazem em relação às votações do Plenário. Ele observou que já foram feitas obstruções outras vezes e, mesmo assim, nunca o Senado votou tanto quanto nos últimos dois anos. “Você não pode tirar da oposição o direito de obstruir”, afirmou.

Renan disse ter uma relação pessoal muito boa com todos os senadores e que as dificuldades

enfrentadas em razão da obstrução conduzida pela oposição logo terão um fim.

– É uma questão política que tende a se esvaziar – avaliou.

O senador explicou que, como presidente da Casa, não lhe cabe colocar parlamentares em Plenário. Essa é uma tarefa dos líderes e presidentes de partidos, observou. No entanto, ressaltou que o Brasil tem pressa em retomar a normalidade, para que sejam votadas matérias que garantam o avanço econômico do país.

Aprovada mudança na Cide que beneficia avião de pequeno porte

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou projeto que iguala as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) aplicadas ao querosene e à gasolina utilizados na aviação. A decisão beneficia principalmente os aviões de baixa velocidade, pequenos hidroaviões e aeronaves empregadas nos serviços de táxi aéreo e atividades agrícolas, segundo o relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG). A Cide é cobrada sobre a importação e a comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível.

Pelo projeto (PLC 67/05) do então deputado Roberto Balestra, a gasolina utilizada na aviação, atualmente sujeita à alíquota de R\$ 860 por metro cúbico – válida para qualquer tipo de gasolina –, passa a ser de R\$ 92,10 por metro cúbico, mesmo valor válido para o querosene de aviação. A proposta muda a lei que instituiu a Cide (Lei 10.336/01).

Para Delcídio Amaral (PT-MS), o projeto é fundamental para o futuro do país. Marconi Perillo (PSDB-GO), presidente da CI, também destacou a importância da medida para a aviação brasileira.



Kátia Abreu, ao lado de Adelmir Santana e Jonas Pinheiro, apresentou voto favorável à proposta que inclui filhos em gestação como dependentes

CASO RENAN Mesa Diretora acolhe nova representação, agora por suposto esquema de propinas em ministérios

Conselho recebe quarta denúncia contra Renan

A Mesa do Senado decidiu na quinta-feira encaminhar ao Conselho de Ética a quarta representação contra Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. O pedido de abertura de processo de investigação, protocolado pelo PSOL no último dia 6, pede a apuração da denúncia de que o presidente do Senado e o lobista Luiz Carlos Garcia Coelho teriam montado um esquema de propinas para desviar recursos de ministérios comandados pelo PMDB.

Segundo o vice-presidente do Senado, Tião Viana, para alguns membros da Mesa a denúncia refere-se mais a uma queixa-crime do que a quebra de decoro parlamentar. Mas, acrescentou,

para acolher a ação, os senadores basearam-se no artigo 14 do Código de Ética, que limita a atuação da Mesa, em casos de representações de partidos contra senadores, ao encaminhamento ao conselho.

– Quebra de decoro é quando fere o Regimento Interno da Casa e, nesse caso, foram denúncias externas à instituição – explicou Viana, que criticou a proposta de unificar as três representações contra Renan, pois “regimentalmente, ninguém pode juntar matérias distintas”.

Já para o 2º vice-presidente, Alvaro Dias (PSDB-PR), as representações não são distintas, pois tratam de quebra de decoro contra um mesmo parlamentar.

JOSÉ CRUZ



Mesa Diretora reunida, com Tião Viana (E) no comando: abertura de processo enviada ao conselho

CCJ aprova o fim da votação secreta

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto em qualquer deliberação feita no Congresso foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A decisão ocorreu uma semana após a absolvição do presidente do Senado, Renan Calheiros, por meio de votação secreta.

O autor da proposta, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que o fim de voto secreto é “uma forma de evitar a corrupção, por não permitir negociações esdrúxulas”.

A PEC 50/06 havia sido alterada pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), para que algumas votações continuassem secretas, como as de vetos presidenciais e as relativas a indicações de certas autoridades. As manifestações de vários senadores pelo voto aberto para qualquer deliberação levaram Jereissati a decidir pela retirada das suas alterações.

Jereissati, então, optou pela proposta original, desde que a base aliada concordasse em votá-la em Plenário no mesmo dia. Apesar de constatar uma

“divisão muito clara” entre os que desejam a votação aberta em todos os casos e os que apoiam somente para determinados casos, Jereissati achou que seria melhor votar rapidamente o texto original, “pois o Senado precisa dar uma resposta à opinião pública”.

A proposta foi aprovada na CCJ com a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê o voto aberto nas decisões de perda de mandato parlamentar – medida também prevista no texto de Paim.



CÉLIO AZEVEDO

Tasso Jereissati (C), relator na CCJ, debate a aprovação da PEC do voto aberto com os senadores Jefferson Péres e Marco Maciel

Revistas denunciaram ação de dupla nos ministérios

A quarta representação contra Renan Calheiros foi protocolada com base em denúncias das revistas *Veja* e *Época*. Segundo as publicações, o esquema de propinas tinha a ajuda de um grupo de aliados do PMDB para beneficiar o banco BMG e demais instituições financeiras interessadas em receber concessão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para operar com empréstimos pagos com desconto em folha a aposentados da Previdência.

Renan e Luiz Carlos Garcia Coelho também teriam atuado na tentativa de fraudar negócio com

o fundo de pensão Postalís, dos funcionários dos Correios (ECT), para a construção de um hotel a preços superfaturados.

As reportagens basearam-se em denúncia do advogado Bruno Miranda Ribeiro Lins, ex-marido de Flávia Garcia Coelho, filha de Luiz Carlos e funcionária do gabinete de Renan. Conforme Bruno Lins, em troca dos benefícios junto ao BMG, os envolvidos recebiam propinas. O próprio advogado admitiu à revista *Época* ter pegado no BMG algumas sacolas de dinheiro e as entregado a aliados políticos do PMDB.

Relator quer aguardar as investigações da Câmara

O Conselho de Ética vota, nesta quinta-feira, parecer do senador João Pedro (PT-AM) propondo o sobrestamento da representação contra Renan Calheiros por suposto tráfico de influência em benefício da cervejaria Schincariol. João Pedro assegurou que há um consenso de que é melhor esperar os resultados das investigações que a Câmara dos Deputados está fazendo sobre a mesma denúncia.

– Sobrestar não é enrolar, mas confiar na responsabilidade da Câmara e, a partir dos resultados obtidos lá, formar um melhor juízo em relação à denúncia da revista *Veja* – explicou o senador, que até a segunda-feira se dizia satisfeito com as informações prestadas pelo PSOL e por Renan

e pronto para apresentar seu relatório.

Na semana passada, porém, João Pedro participou das intensas negociações no Senado em torno do futuro dos processos contra o presidente da Casa, e que atingiram seu clímax durante a sessão plenária.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) defende a anexação do processo da Schincariol aos outros dois que tramitam no Senado contra Renan Calheiros: o que trata da utilização de terceiros para a compra de rádios em Alagoas, movida pelo PSDB e o DEM, e que aguarda a nomeação de um relator, e o acolhido na semana passada, tratando de suposto esquema de propinas e fraudes em ministérios comandados pelo PMDB.

Acordo com relator cai e Plenário não vota emenda

Ao contrário do que havia sido acordado, após a aprovação da PEC 50/06 na CCJ, a proposta não foi votada em Plenário. O acordo foi contestado pelos líderes dos partidos governistas PMDB e PR, Valdir Raupp (RO) e João Ribeiro (TO), levando o DEM e o PSDB de volta à obstrução da pauta (veja página 4).

O relator na CCJ, Tasso Jereissati, retirou as alterações que havia feito ao texto original em troca do compromisso de se incluir a matéria em pauta no Plenário no mesmo dia. Sob essa condição a matéria foi aprovada no colegiado.

A líder do bloco governista, Ideli Salvatti (PT-SC), lembrou

que só poderia haver votação após a desobstrução da pauta das cinco medidas provisórias e da indicação de Luiz Antônio Pagot para o cargo de diretor-geral do Dnit.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) chegou a classificar o acordo na CCJ como “um equívoco”, já que teria levado o relator a aceitar pontos que não julgava corretos, como o voto aberto nos vetos presidenciais e na indicação de juízes das cortes superiores.

Ao questionar o acordo, Raupp frisou ser favorável à realização de sessões abertas, mas ressaltou que o voto aberto no caso de julgamento de pessoas “é extremamente complicado”.

Prodasen diz ser impossível saber voto em pleito secreto

A diretoria da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) divulgou nota na última quinta-feira que esclarece dúvidas sobre a possibilidade do acesso ao voto de parlamentares em sessões secretas.

Confira a íntegra da nota.

“A Secretaria Especial de Informática (Prodasen), em face de recentes consultas de parlamentares, informa que o Sistema de Votação Eletrônica utilizado no Plenário do Senado Federal não permite, em absoluto, a recuperação de dados referentes aos nomes dos

senadores votantes e aos seus respectivos votos ocorridos em votações secretas.

O sistema em funcionamento no Senado, certificado pela Funcamp, órgão ligado à Universidade de Campinas (Unicamp), foi desenvolvido para garantir a inviolabilidade das votações secretas. Apenas para exemplificar, do ponto de vista técnico, o sistema atual funciona como se, após a votação eletrônica, ‘as cédulas de votação tivessem sido incineradas’, sendo impossível sua recuperação”.

PSOL recorre ao Supremo para pôr fim às sessões secretas

O artigo 197 do Regimento Interno do Senado está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo PSOL. O partido pleiteia a realização de sessões abertas para a votação de perda de mandato.

A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) foi protocolada na semana passada por parlamentares como o senador José Nery (PA) e a presidente do partido, ex-senadora Heloísa Helena (AL).

De acordo com o senador, o artigo 197, que estabelece “sessão obrigatoriamente secreta” nas deliberações e julgamento sobre perda de mandato, fere o dever de publicidade e transparência dos atos administrativos e parlamentares.

A ação afirma que o caráter secreto das sessões contribui para que os senadores sintam-se livres da pressão da opinião pública, e absolvam o parlamentar processado, a despeito da existência de provas ou indícios de culpa.

COMISSÕES



Senador Leomar Quintanilha preside reunião da CMA: proposta de Alvaro Dias obriga donos de represas a incentivar tratamento adequado da água para criação de peixes e mariscos

Projeto reduz impacto ambiental de represas

Os proprietários de represas deverão ser responsáveis pelo estímulo à aqüicultura (tratamento adequado da água para criação de peixes e mariscos, entre outros, e para cultivo de produtos naturais) e de incentivo à piscicultura, determina projeto do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) – já modificado e acolhido pela Câmara dos Deputados – que foi aprovado pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Pelo substitutivo ao PLS 57/01, os responsáveis por represas serão

obrigados a minimizar os prejuízos que sua construção traz para a vegetação e a reprodução dos peixes, bem como para as atividades pesqueiras das populações ribeirinhas. A proposta, relatada pelo senador César Borges (DEM-BA), segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A CMA aprovou ainda proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para que a comissão acompanhe as investigações e processos contra 18 bancos e financeiras citados em inquérito da Polícia

Federal que apura a participação dessas empresas em operações cambiais fraudulentas.

A comissão transferiu para esta semana decisão sobre requerimento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) para que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize auditoria na Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) do Ibama, para apurar denúncias de irregularidades dos projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) nas áreas de preservação ambiental e combate a incêndios florestais.

Coleta alemã de resíduos será avaliada

A Subcomissão Temporária do Senado sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos decidiu fazer uma visita técnica de seus senadores a quatro cidades da Alemanha, onde pretendem conhecer experiências inovadoras em sistemas de eliminação de lixo e de geração de energia e

calor a partir do lixo. A subcomissão é presidida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

Os senadores pretendem visitar, em Frankfurt, uma empresa encarregada de recolher o lixo doméstico, que utiliza modernos sistemas de coleta separada, reciclagem de materiais e de

separação de papel usado. Em Offenbach, os senadores querem visitar uma empresa da prefeitura especializada em reciclagem, sobretudo de aparelhos elétricos e eletrônicos. Os parlamentares pretendem ainda conhecer empresas na zona de Darmstadt e em Meinnheim.

Fiesp defende regras para crédito de carbono

A regulamentação do mercado brasileiro de créditos de carbono foi proposta em audiência pública realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.

O encontro foi promovido pela comissão especial do Congresso que trata das mudanças climáticas. Para o setor empresarial, um marco legal permitiria, por exemplo, determinar com exatidão a natureza jurídica desses

créditos e, portanto, qual a tributação incidente sobre a venda de tais títulos.

O mercado de créditos de carbono foi criado oficialmente em 1997, quando foi assinado o Protocolo de Kyoto, o qual estabeleceu metas de redução de emissões de dióxido de carbono para os países mais industrializados do planeta. Para que esses países consigam atingir suas metas, o protocolo lhes permite comprar de outras nações, como

o Brasil, os chamados créditos de carbono – certificados vinculados a empreendimentos que reduzam a emissão desses gases.

O relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), está entre os que defendem uma regulamentação para o mercado brasileiro, ainda incipiente. Ele argumenta que isso é necessário para que “não haja diferentes critérios para a comercialização dos créditos”.



Senador Renato Casagrande (C) participa de reunião na sede da Fiesp, em São Paulo: empresários defendem marco legal para definir tributação incidente sobre os créditos de carbono

Concursos poderão fazer provas nos estados

Os concursos públicos para cargos federais deverão realizar provas nas capitais de todos os estados (ou do Distrito Federal) em que houver pelo menos 50 inscritos no certame. A inscrição por procuração deverá ser objeto de regulamento, bem como a regionalização das provas nos casos em que o número de 50 inscritos não for atingido. Esse é o teor de projeto (PLS 509/03) do senador Mão Santa (PMDB-PI) acolhido em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), após receber parecer favorável do relator Edison Lobão (DEM-MA).

O autor explica que o projeto tem por finalidade garantir a iso-

nomia entre os candidatos, evitando que sua origem atue como fator inibidor da competição, o que pode acontecer quando alguns precisam deslocar-se por grandes distâncias.

O relator afirmou que, para garantir a isonomia, o Poder Judiciário tem decidido ampliar o número de locais para realização de provas de concursos federais. Ele disse que isso ocorreu, por exemplo, no concurso promovido em 2005 pelo Ibama, quando o juiz da 4ª Vara Federal do Ceará deferiu liminar, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal, determinando que as provas também fossem realizadas naquele estado.

Musicoterapeuta tem profissão regulamentada

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou parecer da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 25/05) que regulamenta a profissão de musicoterapeuta, profissional que utiliza a música e seus elementos, por meio de técnicas específicas, para prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde física, mental e psíquica das pessoas.

Poderão exercer a profissão os portadores de diploma de educação superior expedidos por instituições reconhecidas pelo governo federal. Também serão reconhecidos os diplomas de graduação em Música com habilitação em Musicoterapia.

Quem, à época da entrada em vigor da lei, já tiver cinco anos de experiência em musicoterapia e diploma de nível superior poderá requerer o registro.

Autorizada universidade no interior gaúcho

O Poder Executivo foi autorizado pela Comissão de Educação (CE) a criar a Universidade Federal da Região das Missões, no Rio Grande do Sul, por iniciativa de projeto (PLS 81/07) do senador Paulo Paim (PT-RS).

Paim afirmou que são necessárias mais universidades no interior do país “a fim de evitar que os estudantes se desloquem do interior para as capitais para realizar cursos que muitas vezes não têm relação com seus locais de origem”. Os outros dois senadores gaúchos – Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB) – também defenderam o projeto.

Uniforme obrigatório para alunos do ensino básico na rede pública

Calçado, meia, calça ou equivalente, camisa ou equivalente e boné. Com a definição desses itens, que deverão compor o uniforme dos alunos da educação básica nas escolas públicas, a Comissão de Educação (CE) complementou a proposta (PLS 145/07) do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), já aprovada, que torna obrigatório o uso dos uniformes estudantis padronizados.

A definição dos itens do uniforme constou de emenda do

senador Flávio Arns (PT-PR) ao projeto original, e teve parecer favorável do senador Romeu Tuma (DEM-SP).

Arns argumentou que o objetivo é garantir que os sistemas de educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ao definirem os itens que comporão o uniforme escolar, garantam o fornecimento dessas peças básicas, com as características específicas de cada região, tendo a liberdade de acrescentar itens que considerarem necessários.

Frente Parlamentar de Defesa da Criança define metas até fim do ano

A Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente definiu novas ações a serem executadas até o fim de 2007. No encontro, realizado na Câmara dos Deputados, os senadores Patrícia Saboya (PSB-CE) e Renato Casagrande (PSB-ES), entre outros parlamentares, assistiram a uma exposição de

programas e serviços oferecidos pelo governo em benefício do público infanto-juvenil.

Foram apresentados o Disque Denúncia Nacional, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoa e o estudo Enfrentamento ao Tráfico e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Zonas de Garimpo.

EDUCAÇÃO Proposta que institui processo seletivo seriado nas universidades públicas deve ser votada pela CE

Avaliação seriada pode ser obrigatória

Alvo de críticas da sociedade e, principalmente, dos estudantes, o exame vestibular, usado pela maioria das universidades federais para o acesso aos seus cursos de graduação, terá que pelo menos dividir suas atribuições com os chamados programas de avaliação seriada. A decisão terminativa está nas mãos da Comissão de Educação (CE), que nesta terça-feira deve votar projeto (PLS 116/06) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que institui o processo seletivo seriado em todas as instituições federais de ensino superior.

Nos programas de avaliação seriada, os alunos se submetem a testes de conhecimento ao final de cada uma das três séries do ensino médio. Atualmente, pouco mais de uma dezena de universidades federais, além de outras poucas municipais e estaduais, adotam sistemas de avaliação seriada (veja quadro abaixo), cujos resultados têm sido destacados pelas instituições que o adotaram.

Na semana passada, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista

do parecer de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), favorável ao texto de Cristovam, mas que recomenda a rejeição do PLS 65/05, de Sibá Machado (PT-AC), que também trata do acesso ao ensino superior. Segundo Ideli, como a Câmara discute no momento sugestões para a reforma universitária, seria importante que as várias iniciativas legislativas buscassem um consenso.

A principal crítica feita ao vestibular tradicional – tão temido pela maioria dos candidatos a uma vaga no ensino superior – é que os muitos anos de estudo acabam testados em uma única prova.

Os processos seletivos seriados representam a outra face da moeda, ao oferecerem aos alunos a chance de provar seus conhecimentos passo a passo, enquanto as séries do ensino médio vão sendo concluídas.

Ministro da Educação por pouco mais de um ano (2003-2004) no primeiro governo Lula, Cristovam quer inserir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) a exigência de que pelo menos 50% das vagas sejam

preenchidas pelos aprovados nos programas seletivos. Ele cita os exemplos positivos das instituições federais pioneiras na adoção dos programas de avaliação seriada: Universidade Federal de Santa Maria, no RS, e Universidade de Brasília (UnB).

– A utilização dos programas de avaliação seriada reduz o nível de tensão imposto aos candidatos e valoriza o conhecimento adquirido logo após a assimilação; reduz o conteúdo a ser avaliado em cada exame; estimula o estudo mais sistemático e oferece a oportunidade, aos estudantes, professores e escolas, de corrigir falhas e redirecionar os estudos, a partir dos resultados alcançados nas provas – justifica o senador, que foi reitor da UnB entre 1985 e 1989.

Na maioria dos casos, a avaliação seriada é uma das formas de acesso às universidades públicas, não excluindo outros processos de seleção – como o próprio vestibular –, que permitem aos candidatos em geral pleitear vagas. O projeto deixa a cargo de cada instituição os detalhes da avaliação, como as formas dos exames, mas fixa prazo de dois anos para que as universidades se adaptem às suas disposições.

Sistema prevê exames ao final de cada um dos três anos do ensino médio

.....

Como funciona o sistema

O processo de avaliação seriada recebe várias nomenclaturas nas diversas universidades que já o adotam. É um método de seleção que difere do vestibular tradicional principalmente por ser realizado enquanto o estudante está cursando o ensino médio.

O aluno faz as provas ao final de cada ano das três séries do ensino médio e, no último, define em qual curso de graduação gostaria de ingressar se aprovado. Na maioria dos casos, o número de vagas destinadas aos aprovados no sistema é previamente definido pela universidade.

Assim como no vestibular, detalhes como o tipo de questão da prova costumam variar de

instituição para instituição, decorrência natural do princípio de autonomia universitária que rege o ensino superior do país. Em regra, os testes não são semelhantes aos vestibulares tradicionais, inclusive porque os conteúdos não são cumulativos. Em outras palavras, na primeira etapa do processo testam-se os conhecimentos adquiridos na 1ª série do ensino médio e assim sucessivamente.

No último ano, as universidades aplicam a prova de redação. As notas de cada ano podem receber pesos diferenciados – maior à medida que aumenta o grau de dificuldade do conteúdo testado. A média final é que classificará o candidato.

A avaliação seriada e suas versões

Como funciona o sistema em algumas instituições pioneiras

Nome/Instituição	Ano de adoção	Vagas	Provas
Peies/Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1995	20%	Provas a cada série, com redação classificatória
PAS/Universidade de Brasília (UnB)	1996	50% no 1º semestre	1ª etapa: peso 1; 2ª etapa: peso 2; 3ª etapa: peso 3
PSS/Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1999	100% (*)	Exames em três, dois ou apenas um ano
Pases/Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2001	30%	1ª etapa: 20%; 2ª etapa: 30%; 3ª etapa: 50%
PSS/Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2000	100%	Provas a cada série, com redação no 3º ano

(*) Exceto para os cursos de bacharelado em Música e licenciatura em Música, Teatro e Artes Visuais

Universidades públicas que já adotam o sistema

Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Universidade Federal de Lavras (Ufla)
Universidade Federal de Alagoas (Ufal)	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Universidade de Brasília (UnB)	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Universidade de Uberaba (Unube)	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Universidade Estadual de Montes Claros (UniMontes)	Universidade Federal Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM-MG)
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Universidade Federal do Pará (UFPA)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Fundação Armando Álvares Penteado (Faap)



Juntamente com o vestibular, o Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília integra formas de acesso à instituição

Programa elevou o nível dos alunos, dizem universidades

Entre as duas dezenas de universidades públicas no país que já adotam os processos seletivos seriados, a opinião unânime é de que o método melhorou o acesso às vagas e elevou o nível dos estudantes aprovados.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma referência nacional na implantação do sistema (lá chamado de Peies). Realizar o exame é até mesmo um desafio logístico, pois envolve escolas em 435 municípios do Rio Grande do Sul, 398 em Santa Catarina, além do Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e outros estados. A primeira

turma de alunos ingressou na Federal de Santa Maria por meio do Peies em 1998. Até hoje, 4.837 alunos já se beneficiaram do programa.

Entre 1999 e 2006, 8.547 alunos ingressaram na Universidade de Brasília por meio do Programa de Avaliação Seriada (PAS), que surgiu inicialmente para atender apenas à comunidade do Distrito Federal. Devido à grande procura, a idéia se expandiu. No DF, são 76 escolas públicas e 110 particulares cadastradas no PAS, e mais 2.377 em todo o país. Anualmente, 55 mil estudantes se inscrevem no programa.

Governo, docentes e alunos oferecem sugestões ao texto

A proposta de adoção do PAS foi tema de audiência no Senado, em maio, com representantes do Ministério da Educação, dos professores universitários e dos alunos. A maioria defendeu um maior acesso da população às universidades públicas, mas sugeriu melhorias ao projeto.

Diretora do Departamento de Modernização da Educação Superior do Ministério da Educação, Iguatemy Martins afirmou que qualquer alteração no pro-

cesso de ingresso à universidade necessita ser amadurecida, já que, na sua visão, o vestibular é uma instituição consagrada no país.

Representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), Regina Gracindo disse ver “com bons olhos” as alterações propostas, desde que respeitadas a autonomia universitária. Já o então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, aplaudiu a iniciativa.



Autor da proposta, Cristovam Buarque considera que a avaliação seriada valoriza o conhecimento adquirido pelos estudantes

COMISSÕES



Stephanes (E, ao lado de Neuto de Conto) participa de audiência proposta por César Borges (D)



Lavoura cacaueteira terá R\$ 300 milhões

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, anunciou, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), investimentos de R\$ 300 milhões por ano, nos próximos oito anos, para solucionar os problemas da lavoura cacaueteira, especialmente na Bahia e no Pará.

O debate, proposto pelo senador César Borges (DEM-BA), teve o objetivo de obter informações sobre a política do ministério para a lavoura cacaueteira, o chamado "PAC do cacau", que prevê investimentos em assistência técnica para melhorar a produtividade e combater as pragas dessa lavoura, como a vassoura-de-bruxa.

César Borges manifestou-se contrário, porém, à proposta de extinguir a Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueteira (Ceplac), afirmando que as doenças da lavoura não foram controladas, nem a produtividade foi recuperada.

– Se a situação está ruim com

a Ceplac, será pior sem ela. Queremos que sejam realizadas pesquisas para o setor e dado apoio técnico aos produtores. Acabar com a Ceplac seria um tiro de misericórdia na lavoura cacaueteira. As indústrias de moagem de cacau em Ilhéus (BA) já pensam em fechar suas portas, porque precisam de 220 mil toneladas por ano e a Bahia está produzindo, nesse momento, apenas 105 mil toneladas-ano, precisando importar o restante – disse.

Para o senador, a Ceplac tem uma experiência do setor que não pode ser desprezada e deve ser recuperada, não extinta.

Stephanes informou que, em até três meses, haverá uma decisão do governo sobre a Ceplac, depois de concluído o trabalho de grupos que estão examinando informações "mais técnicas e científicas do que políticas" sobre o órgão.

O ministro observou que o setor do cacau está muito endividado e que, por isso, empréstimos e condições de financiamento pre-

cisam ser especiais. Segundo ele, a dívida do setor que precisa ser renegociada gira em torno de R\$ 800 milhões. Assim, enfatizou, a Ceplac não pode ser discutida independentemente de um plano de desenvolvimento global para a região cacaueteira.

Stephanes garantiu haver uma decisão de governo de renegociar a dívida dos agricultores de uma maneira geral, inclusive dos produtores de cacau, mas os critérios ainda não foram definidos.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que a imprensa fala muito sobre "R\$ 130 bilhões de dívida agrícola", observando que esse é o estoque da dívida e que "não é isso que se quer equalizar".

– O que se está pedindo é a renegociação de R\$ 56 bilhões. O aumento do custo de produção de alimentos nesse momento é decorrência direta do aumento do custo de fertilizante que subiu 60% em relação à safra passada – disse a senadora.

CAS debate planos privados de saúde

Na primeira de uma série de audiências públicas na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a presidente da comissão, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), propôs que o Senado faça um aprimoramento da legislação sobre planos e seguros privados de saúde, tendo por meta principal garantir o pleno direito dos consumidores. Segundo ela, alguns planos de saúde representam "uma verdadeira angústia" para a população.

O reajuste dos planos de saúde ao longo dos últimos dez anos ficou bem próximo do dobro da inflação registrada no mesmo período, afirmou Flávio Arns (PT-PR), e, se nada for feito, a maioria da população que paga planos de saúde, especialmente os mais idosos, não terá condições de arcar com as despesas crescentes. O senador pediu à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que "vire a mesa em favor da população".

O presidente da ANS, Fausto

Pereira dos Santos, disse que os planos de saúde representam uma parcela importante no orçamento das famílias ou no das empresas que aderem ao processo. Propôs que o governo faça gestões junto às empresas operadoras no sentido de baratear os custos, o que, observou, reduziria preços.

ANS garantiu que planos não subiram o dobro da inflação dos últimos anos

E negou que os reajustes dos planos nos últimos dez anos tenham ficado próximos ao dobro da inflação.

Pereira dos Santos ressaltou que o

mercado de planos de saúde ainda continua concentrado no Sudeste brasileiro e que, atualmente, há cerca de 46,2 milhões de contratos em todo o país, sendo que apenas 50 empresas detêm mais de 50% do mercado.

Pedro Pablo Chacel, da Associação Médica Brasileira, disse que os planos privados não passam de uma mera relação comercial, ao contrário do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem caráter social e deveria ser fortalecido. Concordou que os

planos de saúde "são caros", em especial para as pessoas de maior idade, mas observou que a saúde suplementar é necessária, uma vez que atende a cerca de 20% da população.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que não é apenas o setor de saúde que se tornou um autêntico negócio, mas também o da educação.

O representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ProTeste), Vanessa Alves Vieira, observou que os planos de saúde devem obedecer a direitos básicos contidos no Código de Defesa do Consumidor já que eles são contratos privados. Ela também defendeu maior liberdade de escolha, por parte dos pacientes, de médicos e de hospitais.

A representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), Solange Beatriz Palheiro Mendes, cobrou maior rigor no controle dos preços dos contratos, bem como a criação de planos adequados às classes C e D, enquanto a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) observou que 40% da população tem plano de saúde.

Rádio digital veio para democratizar, diz governo

No terceiro debate promovido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) para avaliar a implantação do rádio digital no Brasil, o consultor jurídico do Ministério das Comunicações, Marcelo Bechara, ressaltou que o objetivo é promover a democratização do rádio no país, mediante o aumento no número de emissoras disponíveis.

Bechara fez a afirmação respondendo a questionamento de Augusto Botelho (PT-RR). O senador também se preocupou com o preço alto da tecnologia – um receptor deverá custar em torno de R\$ 300, sendo que um rádio analógico pode hoje ser comprado por R\$ 5. Augusto reconheceu, no entanto, que esse valor deverá baixar com o tempo, como é tendência com

equipamentos eletrônicos.

Bechara disse ainda que o rádio digital é "a última fronteira da digitalização na comunicação", uma vez que a televisão digital já está em testes em São Paulo.

– Estamos no momento de tomar uma decisão para que radiodifusores brasileiros possam ingressar o mais rápido possível na era da digitalização – frisou Bechara.

Também participaram da audiência pública o diretor-técnico da Semp Toshiba, Roberto Barbieri; o diretor da MTA Eletrônica Industrial, João Eduardo Ferreira da Silva; o diretor da Quality Software David Britto; e o chefe do Departamento de Telecomunicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Alan Adolfo Fischler.



Marisa Serrano, Cristovam Buarque e o ministro Gilberto Gil: aumento da competitividade do cinema e do vídeo nacionais

Gil apresenta emenda de R\$ 100 mi para cinema

Em encontro na Comissão de Educação (CE), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, entregou ao presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), proposta de emenda à Lei Orçamentária de 2008 para incentivo a projetos cinematográficos e audiovisuais.

No valor de R\$ 100 milhões, a emenda é destinada a promover condições necessárias ao aumento da competitividade da indústria cinematográfica e videográfica nacional, permitindo maior difusão dessa produção no Brasil e no exterior.

O objetivo do ministério é apoiar a produção de projetos cinematográficos e audiovisuais voltados para a exibição na TV

pública. Cristovam disse que a TV pública deve exibir programas que não tenham valor de mercado, mas valor cultural e educativo.

– Na cultura, há produtos de qualidade sem mercado, como a música clássica, por exemplo. É importante que a TV pública traga o filão dos bens culturais de alta qualidade e que não têm mercado – enfatizou o senador.

Marisa Serrano (PSDB-MS), vice-presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, propôs que a comissão também apresente emenda destinada ao incentivo à música e à educação musical para os jovens.

Exibir exame de DNA na TV poderá dar cadeia

A exposição de prova de paternidade na televisão poderá ser considerada crime, prevê projeto (PLS 81/05) aprovado pela CE. O autor, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que seu objetivo é evitar que as crianças envolvidas sejam indevidamente expostas em programas sensacionalistas.

Para tipificar como crime a exposição de prova de paternidade, o projeto acrescenta um artigo ao Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei 8.069/90). Nesse artigo, prevê-se ainda uma pena de reclusão de três a oito anos, além de multa.

O texto aprovado pela comissão foi o substitutivo apresentado pelo relator, senador João Tenório (PSDB-AL). Para ser deliberado de forma definitiva no Congresso, o projeto ainda terá de ser votado em mais duas comissões do Senado e, depois disso, na Câmara dos Deputados.

TECNOLOGIA Senado, Câmara, governo e Anatel organizam conferência para modernizar setor de comunicações

À procura de regras para a era digital

A necessidade de revisão do marco regulatório para o setor de telecomunicações é vista como consenso no governo e no Congresso, disse o ministro das Comunicações e senador licenciado Hélio Costa, ao abrir a Conferência Nacional Preparatória de Comunicações, realizada no Congresso entre segunda e quarta-feira da semana passada.

A conferência, promovida pelas comissões de Ciência e Tecnologia do Senado e da Câmara, em conjunto com o Ministério das Comunicações e a Anatel, teve como tema “Uma nova política para a convergência tecnológica e o futuro das comunicações”.

Hélio Costa informou que serão colhidas em todo o país sugestões de modificação na atual legislação.

– Entendemos que se precisa fazer uma política de Estado e não de governo. O marco regulatório atual foi feito sobre premissas superadas, uma vez que a convergência tecnológica é o novo paradigma – afirmou o ministro, referindo-se à tendência de utilização de uma mesma infra-estrutura para a oferta de serviços diferentes, como telefo-

nia, internet, rádio e televisão.

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardemberg, disse que muitos países estão atualizando – ou já modificaram – as suas respectivas legislações no setor.

– Existe uma obsolescência da tecnologia regulada. E esta conferência é motivo de esperança para nós – ressaltou.

Ronaldo Sardemberg lembrou que, até o fim dos anos 90, as empresas do setor de comunicações atuavam somente em suas áreas específicas. As de telefonia fixa, por exemplo, ofereciam apenas comunicação por voz – enquanto hoje operam também em serviços como a internet em banda larga. A evolução da tecnologia, frisou ele, tem sido bem mais veloz que a evolução das leis.

Wellington pede atenção para mudanças

Por sua vez, o presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado (CCT), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), disse que todos têm consciência do momento de grande mudança



Hélio Costa (E), na abertura da conferência: coleta de idéias para redefinir marco regulatório

pelo qual passam as tecnologias da comunicação. Ele observou que as expectativas são grandes, as promessas são atraentes, mas também há uma grande insegurança em relação ao que fazer.

– Precisamos, urgentemente, desenvolver novos padrões, regras, procedimentos e modelos que façam frente às mudanças que se anunciam, para tirar delas todo o potencial – opinou Salgado.

Projeto protege os produtores nacionais

Tramitam no Congresso Nacional diversos projetos que prometem contribuir para a fixação de um novo marco regulatório para a comunicação social diante dos desafios impostos pela convergência tecnológica. E, ainda que tratem do mesmo assunto, tais projetos embutem propostas, muitas vezes, completamente díspares entre si.

No Senado, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é autor de uma proposição que determina que as atividades de produzir, programar e prover conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico – incluindo internet e celular – são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Ou ainda de empresas nas quais pelo menos 51% do capital total e do capital



Flexa Ribeiro: “Quando a fumaça passar, prevalecerá o conteúdo”

votante pertençam a brasileiros natos ou naturalizados.

A proposta (PLS 280/07) determina ainda que as pessoas encarregadas da gestão dessas empresas provedoras de conteúdo (que façam a seleção, direção e controle efetivo da produção,

programação e provimento de conteúdo), bem como da responsabilidade editorial, devem ser o sócio ou grupo de sócios controladores brasileiros, ou seus representantes, também brasileiros.

Na justificativa do projeto, o senador ressalta que o progresso tecnológico melhora significativamente as comunicações, mas os aspectos mais importantes estão nos elementos culturais e sociais, ou seja, no conteúdo.

– Sem obstaculizar o progresso, é preciso não sucumbir à ideologia tecnológica que consiste em acreditar que é a tecnologia que faz a comunicação (...) Não se deixem hipnotizar pelos sonhos tecnológicos da super infra-estrutura da informação; quando a fumaça passar, o que prevalecerá será o conteúdo – escreveu o senador, na justificativa da proposta.

Emissoras defendem reserva de mercado

Uma das tendências da chamada convergência tecnológica é o avanço das operadoras de telefonia sobre a área de atuação de provedores de conteúdo como emissoras de TV e de rádio.

“Os radiodifusores querem que a lei de convergência reproduza a distinção entre telecomunicações e radiodifusão feita pela Constituição (...) Pleiteiam que a produção, a programação e o provimento de conteúdos brasileiros sejam feitos por empresas brasileiras. O argumento que vem sendo usado em prol dessa proposição é a de defender o conteúdo nacional e a preservação dos interesses nacionais”, escreveram as pesquisadoras Sayonara Leal e Lara Haje, da Universidade de Brasília (UnB), no estudo intitulado *Projetos de*

convergência tecnológica para as comunicações no Brasil: descompasso entre interesse público e interesse privado.

Os radiodifusores têm se apogado à Constituição para defender seu lado. No congresso da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão, em maio, o vice-presidente das Organizações Globo, Evandro Guimarães, afirmou que a Constituição é a mãe de todos os marcos regulatórios, que faz a distinção entre telecomunicações e radiodifusão.

Os radiodifusores defendem que a legislação deve estimular a diversificação dos meios de distribuição, desde que se garantam a produção, a programação e a oferta de conteúdos brasileiros por brasileiros.



Transmissão de TV em um celular: convergência tecnológica coloca em xeque o controle da produção do conteúdo

Teles trabalham na oferta de pacotes diversificados

As operadoras de telefonia enfrentam o desafio da perda de receita com o serviço de transmissão de voz, que tende à estagnação. Por isso, vêm se articulando para oferecer serviços adicionais por meio de sua infra-estrutura de rede, nos pacotes conhecidos como *triple play* (telefonia, internet de banda larga e TV por assinatura).

– O número de linhas de telefone fixo já está diminuindo e o de celulares já cresce bem menos que em anos anteriores. Então, as telefônicas têm de buscar

novas fontes de receita – disse o consultor legislativo do Senado, Luiz Fernando Fauth.

Isso para não falar na concorrência de serviços como o Skype, que permite fazer ligações telefônicas pela internet a um preço mais baixo que o cobrado pelas operadoras.

Um problema para as teles, nesse caso, é que os diferentes serviços do pacote triplo são regidos por diferentes e conflitantes legislações, como a Lei do Cabo (Lei 8.977/05) e a Lei Geral de Telecomunicações.

Veja a seguir os outros projetos que, de alguma forma, tratam da convergência e estão tramitando no Congresso

– PL 29/07, do deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC) – Apresentado em fevereiro deste ano, o projeto foi o primeiro sobre comunicação social eletrônica apresentado nesta legislatura. Por isso, outras propostas sobre o tema foram ou deverão ser anexadas a ele para tramitação. O texto facilita a vida das teles ao permitir, por exemplo, que elas produzam, programem, forneçam e distribuam conteúdo.

– PL 302/07, do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) – Também se alinha com o pleito das teles ao afirmar, na justificativa, que são seus objetivos “garantir que a produção, a programação e o provimento de conteúdo nacional de comunicação social estejam efetivamente sob o controle de brasileiros, independentemente da plataforma tecnológica”.

– PL 332/07, dos deputados Walter Pinheiro (PT-BA) e Paulo Teixeira (PT-SP) – Destaca-se por suas preocupações sociais ao exigir obrigações da União em relação à TV digital aberta, como reserva de canais destinados à educação, cultura, cidadania, saúde e aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as esferas.

– PL 1.908/07, do deputado João Maia (PR-RN) – Também concede às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações o direito de produzir, programar, prover e distribuir conteúdo eletrônico.

– PLC 59/03, da ex-deputada Jandira Feghali – Regula a obrigatoriedade de regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV.

COMISSÕES

Agnelo Queiroz é aprovado para a Anvisa

Por 20 votos favoráveis e 1 contrário, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a indicação de Agnelo Queiroz para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O relator da indicação na CAS foi o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que deu parecer favorável.

Médico-cirurgião da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, Agnelo começou na vida política como deputado distrital na Câmara Legislativa do DF. Ele

ainda exerceu três mandatos de deputado federal e ocupou o Ministério do Esporte de 2003 a 2006, quando saiu para concorrer ao Senado, tendo sido derrotado pelo ex-governador e ex-senador Joaquim Roriz.

A maioria dos integrantes da CAS lembrou discurso proferido pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) no qual comentava que, enquanto o Código Civil tem pouco mais de 2 mil artigos, uma única norma da Anvisa para regular as farmácias de



Agnelo Queiroz (E), Patrícia Saboya, presidente da CAS, e Antônio Carlos Valadares em reunião que aprovou o nome do ex-deputado e ex-ministro do Esporte para a diretoria da agência

manipulação tem mais de 1,5 mil artigos.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) denunciou três funcionários da Anvisa de fazerem *lobby* para empresas multinacionais fabricantes de defensivos agrícolas, impedindo o registro de produtos genéricos nessa área.

Flávio Arns (PT-PR) apresentou requerimento para que os funcionários sejam convocados a dar explicações na CAS, bem como os empresários que se julgam prejudicados com a ação deles na Anvisa.

Agnelo apoiou o encaminhamento dado por Arns à denúncia

e se comprometeu a apresentar o assunto na primeira reunião de que participar, bem como estudá-lo em profundidade. Ele também disse que pretende examinar todas as críticas “com muita abertura” e manter um canal de diálogo permanente com o Congresso Nacional.

CI apóia indicação para a Anac

Por unanimidade, foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) a indicação do major-brigadeiro Allemander Jesus Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para complementar o mandato do coronel Jorge Luiz

Veloze, que pediu demissão do cargo em 28 de agosto. Como o mandato de diretor da agência é de cinco anos, Allemander ficará no cargo até 2010, caso o Plenário do Senado também ratifique a indicação.

O indicado exerceu vários car-

gos no extinto Departamento de Aviação Civil (DAC), entre eles o de chefe do Subdepartamento de Infra-Estrutura, o de diretor-geral do Instituto de Aviação Civil e o de chefe da Divisão de Infra-Estrutura Aeroportuária. Hoje ele é o coordenador de projetos da Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologia de Processos, consultor de aviação da empresa Aircon e professor do Instituto do Ar, da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro.

O relator, Delcídio Amaral (PT-MS), acredita que a indicação de Allemander para a Anac deve ajudar a aviação a sair da crise em que se encontra.

Outra indicação aprovada pela CI foi a de Heraldo Consentino, para exercer o cargo de diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit). A decisão ainda precisa ser confirmada pelo Plenário.

Dalazen deverá compor Conselho Nacional de Justiça

Por 18 votos favoráveis, o ministro João Oreste Dalazen, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para compor o Conselho Nacional de Justiça, em decorrência da aposentadoria do ministro Gelson de Azevedo. O relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deu parecer favorável à indicação.

Dalazen defendeu a atuação do Conselho Nacional de Justiça, afirmando que é um órgão necessário para o controle e a fiscalização administrativa do Poder Judiciário. Até então, havia mecanismos precários, insatisfatórios e insuficientes para cumprir tais objetivos, segundo observou.

– Hoje, mais do que nunca,

estou convencido de que é essencial e importante para o Poder Judiciário e o bem da magistratura a existência do Conselho Nacional de Justiça. Há também o dever de prestar contas à sociedade – disse.

Nascido em Getúlio Vargas (RS), Dalazen é bacharel e mestre em Direito, tem especialização em Direito do Trabalho e em Direito Processual do Trabalho e assumiu vários cargos na área, como de juiz do Trabalho no Paraná, de juiz togado do Tribunal Regional do Trabalho e de presidente da Associação de Magistrados do Trabalho. Sempre exerceu o magistério e hoje é professor de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

A indicação será agora analisada pelo Plenário.



Allemander (E) foi confirmado no cargo de diretor da Anac pela Comissão de Infra-Estrutura, presidida por Marconi Perillo (D)

Acolhido o nome de Taunay Filho para embaixada no Peru

A integração da América do Sul será a melhor resposta do Brasil ao novo cenário internacional, disse na quinta-feira o embaixador nomeado para o Peru, Jorge D'Escragno Taunay Filho, cuja indicação recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). E o Peru, segundo ele, pode ser considerado um dos

países “mais entusiastas” com o processo de integração.

A defesa da aproximação com os países vizinhos foi feita por Taunay como resposta a questionamento de Cristovam Buarque (PDT-DF) a respeito do papel do Brasil no momento em que surgem novos pólos de poder no mundo, como China, Rússia e Índia. O governo do Peru está negociando um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, mas encontra-se em “franco processo de aproximação” com o Brasil, informou Taunay.

Duas outras indicações presidenciais foram aprovadas pela CRE: a de Alcides Gastão Prates para embaixador nas Filipinas e de João de Mendonça Neto para o cargo de embaixador no Vietnã. As mensagens tiveram como relatores, respectivamente, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE).



Taunay defende aproximação do Brasil com os países da América do Sul

Dívida de Itaipu será paga até 2023, diz diretor brasileiro

O diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, afirmou que toda a dívida da empresa estará paga em 2023. Em pronunciamento perante a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, na terça-feira, Samek mostrou o cronograma de pagamentos de toda a dívida de Itaipu, que terá uma receita operacional este ano de US\$ 2,8 bilhões.

Na audiência requerida pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), Samek relatou que a dívida da empresa está em cerca de US\$ 20 bilhões. Até 2023, entretanto, serão desembolsados US\$ 32,3 bilhões para pagá-la, atendendo também a seus encargos. A usina, orçada inicialmente em US\$ 12,2 bilhões, consumiu US\$ 27 bilhões para ser concretizada, informou o diretor. A última renegociação da dívida, em 1997, permitiu que esta entrasse em declínio constante, desde o ano

passado, até ser integralmente paga, daqui a 16 anos. A usina, idealizada em 1966, foi concluída em 1974.

De 1985 a 2006, foram pagos US\$ 6,5 bilhões em *royalties* para municípios e estados brasileiros e paraguaios (US\$ 3,2 bilhões para cada país). O Paraguai recebeu ainda US\$ 1,1 bilhão em impostos sobre energia excedente cedida para o Brasil. Itaipu fornece 20% da energia consumida no Brasil e 95% da energia consumida no Paraguai.

O governo brasileiro, afirmou Samek, patrocinou 100% do financiamento para sua construção. Ele lembrou que a usina nasceu para resolver uma briga de fronteiras entre os dois países.

O presidente da Representação, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), afirmou que irá agendar uma visita dos parlamentares à usina, como foi proposto por Jorge Samek.

DINAMARCA - Integrantes da Comissão para Assuntos Tributários do Parlamento Dinamarquês e o ministro de Tributos do Reino da Dinamarca, Kristian Jensen, estiveram na terça-feira em visita oficial ao Congresso brasileiro, onde se reuniram com parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) representou a CAE na reunião.

DÍVIDA BOLIVIANA - O Executivo foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a aceitar imóvel do governo da Bolívia como parte da liquidação de juros da dívida daquele país perante o governo brasileiro. O imóvel, em La Paz, é avaliado em US\$ 2,09 milhões. Já aprovado pelas comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ), o pedido de autorização segue agora para análise do Plenário.

CPI DA CRISE AÉREA Três ex-diretores depõem e rejeitam participação nas irregularidades investigadas

Cúpula da Infraero nega denúncias

Os três servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) ouvidos pela CPI do Apagão Aéreo na semana passada negaram envolvimento nas irregularidades em licitações investigadas pela comissão.

Marco Antônio Marques de Oliveira atuou na estatal, no período em investigação (a partir de 2003), como diretor de Administração e depois como superintendente da regional Centro-Oeste da Infraero. Ele admitiu ter sido o responsável pelo início das obras de reforma no aeroporto de Cuiabá, alvo de várias denúncias, mas garantiu que a responsabilidade pela análise das

planilhas e acompanhamento do andamento da obra não era dele e, sim, da Diretoria de Engenharia.

As reformas não foram realizadas pela construtora Triunfo, apesar de parte do serviço ter sido paga. O ex-diretor informou à CPI que a decisão de romper o contrato “amigavelmente” (ou seja, sem cobrança de multa) partiu da Diretoria Executiva da Infraero.

Oliveira também negou envolvimento na denúncia de que a Infraero teria repassado irregularmente rotas aéreas pertencentes à Transbrasil (e que estavam *sub judice*) à empresa aérea Gol.

O segundo servidor da Infraero, José Wellington Moura, trabalha

na estatal há 32 anos e assumiu a Diretoria Comercial sob a presidência do brigadeiro José Carlos Pereira, porém hoje não ocupa cargo de direção. Oliveira apresentou um documento da Controladoria Geral da União (CGU) eximindo-o de culpa em irregularidades que estão sendo investigadas em relação à cessão de espaço para a instalação de um posto de gasolina no aeroporto de Brasília.

Wellington Moura também afirmou que a nova diretoria da estatal, que tem à frente Sérgio Gaudenzi, deverá assinar um novo aditivo contratual junto à empresa FS3 para reativar o sistema Advantage V2 de controle de mídia

aeroportuária. O contrato entre a Infraero e a FS3 para implantação do sistema custou R\$ 26 milhões, havia sido suspenso e está sob investigação da comissão. Moura contou que, quando assumiu a diretoria da estatal, o contrato com a FS3 já estava suspenso e que, durante a gestão dele, foram pagas à FS3 apenas notas fiscais no valor aproximado de R\$ 70 mil.

Ex-diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores atua desde 1985 em cargos de confiança e assumiu a Diretoria de Engenharia por indicação do ex-presidente Carlos Wilson. A servidora informou que, em 2003, uma equipe

reunindo as áreas jurídica, de auditoria, administrativa e de engenharia da Infraero optou pela modalidade de licitação “técnica e preço”, segundo ela “comumente utilizada em obras complexas”. Tanto que, disse Eleuza, o Tribunal de Contas da União [TCU] teria decisão validando o uso desse tipo de licitação, questionado pela CPI.

Eleuza Lores também garantiu que o relatório do TCU que lança dúvidas sobre a atuação da diretoria dela na obra de reforma do Aeroporto de Congonhas apenas analisa se houve sobrepreço no planejamento da obra e que ainda não há decisão final do TCU sobre o assunto.



Os ex-diretores Marco Antônio (Administração), Eleuza Lores (Engenharia) e Wellington Moura (Comercial) e o assessor Tércio de Barros: nenhuma responsabilidade

Ex-diretora desconhece obras inacabadas em Congonhas

A ex-diretora de Engenharia da Infraero, Eleuza Therezinha Lores, disse à CPI do Apagão Aéreo que não conhece obra inacabada que esteja gerando “risco e insegurança” à movimentação no Aeroporto de Congonhas, na capital paulista. A servidora também garantiu que não fez pagamentos por serviços não concluídos ou executados em desacordo com especificações técnicas.

– Não paguei trecho nenhum. O processo [da obra] foi conduzido por gestor da regional, que parou as obras, fez perícias. As obras começaram e não participei direto disso. Sei que não há obras inacabadas que estejam gerando risco. Se teve pagamento adiantado ou por serviço não realizado, eu desconheço – ressaltou em depoimento.

O relator da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), in-

formou que as obras executadas pela empresa Talude – serviço de reforço estrutural da pista principal e de ampliação de um pátio de aeronaves – teriam sido “sumariamente rejeitadas” por não atenderem às especificidades dos projetos contratados. A construção foi posteriormente abandonada, embora a empresa tenha requisitado pagamentos suplementares pelo empreendimento, acrescentou o senador.

Eleuza também negou responsabilidade na construção de um pátio de manutenção no aeroporto de Maceió. Demostenes destacou que, embora concluído há mais de dois anos, nenhum avião pernitoou ou utilizou o terminal até agora, visto que a capital alagoana não representa ponto estratégico de manutenção de aeronaves pelas companhias aéreas.

“Falta de contrato não gerou prejuízos”

A Infraero não foi prejudicada com a falta de renovação de contrato para aquisição de programa de gerenciamento de espaços publicitários em 65 aeroportos administrados pela estatal, assegurou à CPI o assessor especial da presidência da empresa, Tércio Ivan de Barros. A comissão ouviu, ainda, o servidor Roberto Spinelli Júnior, que assessorava Barros, e o ex-diretor financeiro da empresa, Adenhauer Figueira Nunes.

O contrato de R\$ 26 milhões foi assinado sem licitação entre a Infraero e a FS3 Comunicação e Sistema e depois suspenso por sugestão de Barros. O caso vem sendo apurado pela Controladoria Geral da União, que teria identificado irregularidades e recomendado o afastamento temporário de Barros, Spinelli, Nunes e outros funcionários.

Conforme Barros, a Infraero apresentou uma nova proposta para negociação do programa, recusada pela FS3. Com a recusa, a Infraero voltou a comercializar os espaços publicitários “pelo sistema antigo”: cada aeroporto é responsável pelo plano de mídia feito aos anunciantes.

Rejeitada quebra de sigilo de Carlos Wilson

Por 6 votos a 5, a CPI do Apagão Aéreo rejeitou requerimento do relator Demostenes Torres que pedia a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-presidente da Infraero, o atual deputado federal Carlos Wilson (PT-PE).

– Hoje nos igualamos à Câmara. A CPI da Câmara foi feita para abafar a investigação da Infraero. O chefe da quadrilha foi poupado, mas tem outros indícios, depoimentos, telefonemas. Na CPI dos Correios, fizemos uma investigação tão boa que o Supremo [Tribunal Federal] acabou se utilizando dela para receber a denúncia do mensalão. Mas vamos apontar responsabilidades, vamos conseguir pegar pessoas que falharam – afirmou Demostenes, logo em seguida à votação.

O relator lamentou que a votação do requerimento estivesse sendo “politizada”, indicando a presença de senadores da base governista contrários à aprovação da matéria.

– Quando se trata de fazer investigação de alguém que tem poder político, se reúnem todos aqui para isso, para que o grande bandido da Infraero seja poupado. Não podemos praticar com o Brasil o mesmo crime que cometemos na semana passada – disse.

Maioria dos brasileiros aprova ações da CPI

Dois em cada três brasileiros (67%) consideram muito importante o trabalho da CPI do Apagão Aéreo. Esse foi um dos resultados de pesquisa realizada com 1.083 entrevistados entre os dias 2 e 8 de agosto pelo Serviço de Pesquisa de Opinião Pública do Senado Federal (DataSenado). A pesquisa procurou identificar as percepções dos brasileiros sobre a crise aérea e sobre o trabalho da CPI criada no Senado.

Os entrevistados estão otimistas quanto ao trabalho da CPI do Apagão Aéreo: 56% acreditam que a comissão vai ajudar a so-

lucionar o problema, contra 41% que pensam o contrário.

Dos entrevistados, 36% atribuem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a responsabilidade de resolver a crise aérea. No total, 71% dos entrevistados imputam a crise à atuação falha do Estado.

Os pesquisados definem como objetivos mais importantes da CPI criar leis para dar mais segurança a quem viaja (50%); investigar as causas e responsabilidades da crise aérea (27%); e fiscalizar o trabalho do governo na solução da crise (23%).

Os resultados da pesquisa Da-

taSenado indicam que a maioria da população entende que a principal razão para a crise é a falta de fiscalização (51%). Em segundo lugar, aparece a opção “os aeroportos e equipamentos de segurança” (20%).

Foram ouvidos cidadãos com mais de 16 anos que possuem telefone fixo e vivem em capitais brasileiras. O índice de erro da pesquisa é de 3,5%. O documento serve de subsídio para os parlamentares na elaboração do relatório final da CPI, que deve encerrar as atividades em novembro.

O que a CPI deve priorizar

Investigar as causas e responsabilidades da crise aérea 27%

Criar leis para dar mais segurança a quem viaja 50%

Fiscalizar o trabalho do governo na solução da crise 23%

Fonte: Pesquisa DataSenado

COMISSÕES

GERALDO MAGELA



Flexa Ribeiro, José Júlio Lima, Ottomar Pinto, Roberto Rocha e José Nery em audiência no Pará

Região Norte sugere emendas ao Orçamento

A segunda audiência pública regional da Comissão Mista de Orçamento (CMO), realizada na sexta-feira em Belém, obteve participação expressiva de entidades da sociedade civil e representantes dos municípios. Foram encaminhadas mais de 40 sugestões de emendas, principalmente ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2008.

O próximo passo, segundo o relator do Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011, deputado Vignatti (PT-SC), será distribuir os pedidos aos parlamentares de cada estado para que possam ser analisados e transformados em emendas individuais. Vignatti informou que o prazo para a apresentação das emendas parlamentares ao PPA será prorrogado até 11 de outubro, para dar tempo de colher sugestões das audiências públicas, que se encerram no dia 9. O calendário anterior estipulava que as emendas seriam apresentadas de 27 de setembro a 7 de outubro.

Os pleitos encaminhados na segunda audiência na região Norte – a primeira ocorreu em Porto Velho – estão voltados especialmente para as áreas de saneamento,

habitação e educação. Um dos exemplos é o pedido de recursos formulado pela Cáritas Metropolitana de Belém, entidade ligada à Igreja Católica, para que as populações ribeirinhas tenham acesso à água potável. Outra reivindicação foi a inclusão no PPA do Programa Nacional de Educação por Alternância para Agricultura Familiar, que alia o ensino formal ao profissionalizante para que os filhos dos agricultores permaneçam no campo, evitando o êxodo rural. A agricultora Antônia Silva viajou de São João do Soter (MA) para apresentar o pedido, que tem forte chance de ser incluído no PPA, conforme Vignatti.

Durante a audiência – que contou com a presença do governador de Roraima, Ottomar Pinto; do representante do governo do Pará, José Júlio Lima; dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Nery (PSOL-PA); do deputado Roberto Rocha (PSDB-MA) e de outros deputados federais –, os representantes da pesca artesanal e industrial do

Pará pediram a criação de um centro de pesquisa e formação pesqueira e exibiram faixa com a reivindicação para que sejam incluídos no Orçamento Geral da União (OGU).

A formatação desses encontros prevê uma apresentação dos grandes números do PPA, com investimentos de R\$ 3,52 trilhões para 2008-2011, e o detalhamento para a região e para a capital onde a audiência está sendo realizada.

Um dos exemplos apresentados pelo relator prevê recursos de R\$ 412,5 milhões para saneamento na região Norte e outros R\$ 207 milhões para o manejo das águas.

Flexa Ribeiro defendeu que a bancada do Pará reivindique no PPA a construção de modal ferroviário que permita ligar o pólo de produção de alumínio de Barcarena, onde está a Albrás, com a Ferrovia Norte-Sul. José Nery destacou a importância das audiências da CMO. “A sociedade civil começa a perceber a importância de debater o principal instrumento de planejamento do governo, que é o PPA”, disse.

Audiência em Belém permite a contribuição da sociedade com sugestões à LOA

Senadores questionam auditoria em usina

Romeu Tuma (DEM-SP) e outros quatro senadores da comissão externa que visitou a usina de álcool e açúcar da empresa Pará Pastoral e Agrícola S/A (Pagrisa), em Ulianópolis (PA), anunciaram que vão pedir a abertura de inquérito na Polícia Federal para apurar o procedimento dos inspetores do Grupo Móvel de Inspeção do Trabalho que comandaram uma fiscalização na fazenda.

A fiscalização trouxe como consequência a demissão de 1.064 trabalhadores, sob a acusação de que a Pagrisa submetia seus empregados “a condições análogas à escravidão”, conforme relatório do Ministério do Trabalho e Emprego.

O fato repercutiu internacionalmente e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez uma visita à empresa – antes da criação da comissão, que ocorreu em agosto. Conforme relatou, “foram constatados indícios de que os fiscais do ministé-



Ao lado de Jarbas Vasconcelos (E), a relatora da comissão externa Kátia Abreu visita instalações da empresa Pagrisa

rio cometeram irregularidade na inspeção”.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora da comissão, informou que, após a visita, os senadores sentem-se obrigados a realizar audiências com as partes envolvidas, uma vez que não ficaram evidentes sinais de trabalho análogo à escravidão.

“Ao contrário, a empresa é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais”, disse.

A comissão temporária externa encarregada de apurar a denúncia na Pagrisa, presidida por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), é integrada ainda por Flexa Ribeiro e Cícero Lucena (PSDB-PB).

PLENÁRIO

Maciel quer instituir 2010 como o Ano Joaquim Nabuco

Marco Maciel (DEM-PE) anunciou na última sexta-feira que vai apresentar um projeto de lei para fixar 2010 como o Ano Nacional Joaquim Nabuco. Neste ano, será celebrado o centenário da morte de Joaquim Nabuco, conhecido como um dos defensores do fim da escravidão no país.

Com a proposta, o senador quer estimular a reflexão sobre a obra e a vida do homenageado e “também sobre as grandes questões nacionais, sobretudo aquelas voltadas para o desenvolvimento social, político e institucional”.

Maciel destacou que Nabuco, além de abolicionista, defendia a necessidade da instrução pública, “antevendo que não bastava dar liberdade aos escravos, mas também educação, como forma de garantir sua soberania”. O senador lembrou ainda que Nabuco foi político, escritor, diplomata e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Cristovam: Brasil deve estabelecer o educacionismo

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu que o Brasil institua o “educacionismo” – termo criado pelo senador em referência ao movimento abolicionista, que levou, em 1888, à abolição da escravidão no Brasil. Segundo Cristovam, a expressão define a luta política para levar a educação de qualidade a todo o país, em complementação à abolição da escravidão.

O senador disse que, apesar de a sociedade brasileira estar cansada de corrupção e inflação, entre outras dificuldades enfrentadas, ainda não despertou para a solução desses problemas, que, em sua visão, passa pela reforma da educação.

– No lugar do movimento “Cansei”, devemos fazer um movimento “Despertei” – sugeriu Cristovam.

Lobão pede ao governo mais recursos para Forças Armadas

Edison Lobão (DEM-MA) advertiu que o “lento e prolongado sucateamento dos recursos materiais das três Forças Armadas e a precariedade dos recursos financeiros” a elas destinados vêm comprometendo o bom desempenho das atividades das Forças Armadas brasileiras. O parlamentar pediu ao governo que aumente o aporte de recursos para a Aeronáutica, a Marinha e o Exército já no Orçamento da União para 2008.

– A escassez de recursos, a precariedade dos equipamentos e a insuficiência dos soldos traduzem um desprestígio das Forças Armadas que não se deve aceitar e nem admitir



J. FREITAS

Não se deve aceitar nem admitir o desprestígio das três Armas, sustenta Lobão

– disse Lobão.

O senador ressaltou a situação em que se encontra a Marinha: dos 21 navios que compõem a esquadra brasileira, 11 encontram-se imobilizados e dez operam com restrições.

Projeto de Gilvam beneficia servidores dos ex-territórios

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse, na última sexta-feira, que apresentou projeto dando isonomia aos servidores civis dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá com relação aos militares, no tratamento jurídico de seus direitos trabalhistas.

A aprovação da matéria (PLS 549/07), afirmou o senador, é uma questão de justiça com os servidores civis. Ele explicou que quando os servidores prestavam serviço aos territórios eram submetidos ao regime jurídico da União, e, posteriormente, no momento em que os territórios foram transformados em estados, passaram a ser regidos pelos governos estaduais. A situação dos servidores militares, segundo o parlamentar, foi resolvida, faltando, agora, regulamentar a situação dos servidores civis.

O projeto está sendo analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Mão Santa diz que Senado não é covarde

Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra a faixa “Senado covarde”, exibida na última quinta-feira no Rio de Janeiro, durante manifestação organizada por estudantes que condenaram a decisão da maioria dos senadores de não cassar o mandato do presidente do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar.

– O país e a população brasileira devem muito ao Senado. Foi ele que, em muitos momentos de crise ao longo de nossa História, garantiu a paz, combateu a ditadura e preservou o que está escrito na Bandeira Nacional: Ordem e Progresso – observou Mão Santa, ao afirmar que o Senado “é o tambor de ressonância de toda a população”.

Para o senador, sem o Senado, a democracia e a liberdade estariam ameaçadas.

Voz do Leitor

CPMF

“Em torno do debate sobre a permanência ou não da CPMF, ouso discordar da maioria: ficarei triste caso acabem com este imposto. Com tanta corrupção, sonegação, desvios diversos, a CPMF é o único imposto que ninguém sonega, ele é a vingança dos humildes contra os espertos. Acabem com o IPTU, IPVA, ICMS, Cofins, mas deixem a CPMF em paz, ou ensinem a todos nós a sonegar impostos, para tornar o jogo mais justo.”

Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)

ENERGIA SOLAR

“Sugiro que o governo invista mais na energia solar. Dessa forma, não seria necessária a construção de usinas hidrelétricas, que causam grande impacto ambiental.”

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

IMPOSTOS

“O povo brasileiro trabalha cinco meses por ano para pagar os impostos, e mais um mês para pagar juros de banco. Portanto, solicito ao governo federal que dê ao povo um retorno a esses impostos com mais saúde, segurança e educação.”

Júlio Cezar Nunes, de Rolândia (PR)

CORRUPÇÃO

“A corrupção é um mal que deve ser extinto das instituições públicas brasileiras, pois a sociedade não suporta mais ouvir e ver tantos escândalos.”

Alberto José de Leão, de Barro Duro (PI)

INFRAERO

“Lamentável a atitude da Infraero, que, em relação ao

aeroporto de Congonhas, ainda conseguiu tirar vantagem do acidente do voo 3054. O governo cedeu quanto às conexões em São Paulo para vôos até mil quilômetros, desde que o usuário pague mais uma taxa em dobro se fizer conexão naquele aeroporto.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

LEGÍTIMA DEFESA

“Sou favorável à legítima defesa, pois é um direito do cidadão. O bandido não pode ter a certeza de que a pessoa de bem não possui armas. Somente 2% das armas foram entregues à polícia, 98% ainda estão com a população, e sem controle da polícia. Então, por que não legalizar essa situação, permitindo que o cidadão de bem possa dizer que possui arma de fogo em sua casa, e registrá-la.”

Edison Boeira, de Jaguarão (RS)

SAÚDE PÚBLICA

“Sugiro ao senador Cristovam Buarque que proponha ao Congresso Nacional uma lei que obrigue os formandos da área de Ciências da Saúde a fazerem um exame final para terem o direito de exercer a profissão, como no caso dos estudantes de Direito, que fazem a prova da OAB. Para que a população disponha de profissionais mais qualificados, essa prova seria uma maneira de melhorar a saúde pública.”

Pablo Henrico, de Conceição do Coité (BA)

COMUNICAÇÃO

“Solicito que o Congresso Nacional aprove leis mais rígidas contra os meios de comunicação que fazem matérias sensacionalistas.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

CLASSE POLÍTICA

Samuel Campos Ferreira, de Botelhos (MG)

“O que a classe política poderia fazer para melhorar a sua credibilidade e conceito?”

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) responde:

Eu acho que a classe política precisa retomar o seu papel, que é o de votar. Somos eleitos para este fim: apresentar bons projetos e lutar pela sua aprovação, votando de forma transparente. Será com propostas claras, voltadas para a construção de um novo Brasil, que iremos conquistar a confiança do povo. O problema é que aqui no Congresso Nacional, freqüentemente, não conseguimos chegar a um consenso, e as propostas que interessam à população acabam não sendo votadas. Com isso, as medidas que se fazem necessárias não são implementadas no cotidiano dos brasileiros. Há outras questões que dificultam a retomada das votações, como ocorre, agora, com as acusações que foram feitas contra o presidente do Senado, Renan Calheiros. O Plenário votou pela sua absolvição porque não foram encontradas provas para condená-lo. Eu tenho certeza de que, quando o processo chegar na Justiça, a posição será a mesma obtida aqui no Senado e a situação que suscitou tanto desgaste ficará esclarecida para todos. Nós, que somos a classe política do país, precisamos trabalhar. A população admira o Congresso quando o parlamentar tem a consciência tranqüila, apresenta projetos, vota e da tribuna denuncia eventuais desmandos do governo ou aponta progressos e fatos positivos para a vida do país.



Agora é lei

Pensão vitalícia para hansenianos

As pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórias em hospitais-colônia já podem requerer pensão especial e vitalícia. Esse direito, que consta da Lei 11.520, em vigor desde 19 de setembro, beneficia as pessoas que enfrentaram a internação até dezembro de 1986. A pensão, a título de indenização especial, corresponde a R\$ 750. A nova lei deve beneficiar cerca de 3 mil ex-internos, muitos deles afastados da família e levados pela polícia sanitária, ainda crianças, para colônias de isolamento. Embora uma norma internacional determinasse o fim do isolamento em 1959, a prática continuou no país até meados de 1980, segundo o relator da proposta no Senado, Tião Viana (PT-AC), por preconceito e desinformação. A pensão vitalícia aos hansenianos será paga pelo INSS e deve custar R\$ 27 milhões anuais aos cofres públicos. A proposta cria ainda a Comissão Interministerial de Avaliação para emitir parecer prévio sobre os pedidos de pensão. Atualmente, mais de 40 mil casos da doença surgem por ano no país. A expectativa é que ela seja erradicada em dois ou três anos. A pensão não é transferível a dependentes e herdeiros e o seu valor será reajustado anualmente, de acordo com os índices concedidos aos benefícios de valor superior ao piso do Regime Geral de Previdência Social. Para comprovar a situação do requerente, será admitida a ampla produção de prova documental e testemunhal, e, caso necessário, prova pericial. A Comissão Interministerial de Avaliação poderá promover as diligências que julgar convenientes, inclusive solicitar apoio técnico, documentos, pareceres e informações de órgãos da administração pública, assim como colher depoimentos.

Frases

“Prorrogar a CPMF no Senado vai ser uma guerra”

Delcídio Amaral, sobre a prorrogação do “imposto do cheque”.

“Para manter esse quadro da vitória de Renan e ter maioria para a CPMF, o governo vai ter de fazer outro mensalão”

Sérgio Guerra, comentando os esforços do governo para aprovar o tributo.

“Não é apenas a prorrogação da CPMF que vai fazer com que o presidente tenha condições de eleger seu sucessor, mas, sim, a melhoria efetiva das condições de vida da população”

Ideli Salvatti, ao registrar a maior redução da pobreza dos últimos 14 anos, segundo a FGV.

“O ponto positivo do governo Lula foi ter colocado a administração do Brasil no piloto automático”

Marconi Perillo, para quem os números positivos da economia se devem ao governo anterior.

“Este é o momento de retirar da Constituição aquilo que já virou lixo histórico”

Sibá Machado, em apoio ao fim do voto secreto.

“Vi aqui uma devoção pelo voto aberto que eu não vi na semana passada [de votação de processo contra Renan Calheiros]”

Tasso Jereissati, ironizando a aprovação unânime, na CCJ, do fim do voto secreto.

“O melhor é que ele se licencie até a conclusão dos processos. O Senado precisa desse gesto”

Aloizio Mercadante, ao defender o afastamento de Renan Calheiros.

“Se eu tivesse perdido por um voto, eu arrumaria as minhas gavetas. Mas não perdi. Eu ganhei. E aqui ninguém vai ganhar no grito”

Renan Calheiros, anunciando que permanecerá no cargo.

Foto da Semana

A disputa entre governo e oposição que emperrou as votações da semana passada no Senado foi registrada na imagem ao lado, em que dois microfones do Plenário são utilizados ao mesmo tempo pelos líderes do governo, Romero Jucá (com a mão levantada), e do PSDB, Arthur Virgílio. Desde a sessão em que Renan Calheiros foi absolvido, na semana retrasada, a oposição realiza a chamada “obstrução seletiva”



MOREIRA/MARIZ

Mercosul em debate na Rádio

Rádio Senado

Entrevista com Jorge Viveiros de Castro

Jorge Viveiros de Castro, jornalista e livreiro, dono da Sete Letras Editora, é o entrevistado do programa *Autores e Livros* de sábado, às 15h, na Rádio Senado. Viveiros de Castro também é autor do livro de contos *De todas as únicas maneiras*, e de *O melhor time do mundo*, que recebeu o selo de altamente recomendável por parte da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil.

...

Diretor da ANTT fala sobre projeto Brasil Central

A Rádio Senado transmite nesta segunda, às 8h30, no *Senado Economia*, a primeira parte da entrevista com o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Gregório Rabelo. Ele fala sobre o projeto Brasil Central, que prevê construção de três ramais da ferrovia Norte-Sul, beneficiando as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Concluída a fase de estruturação e organização, o Parlamento do Mercosul inicia agora a discussão de temas políticos de interesse dos países membros. Esses assuntos serão debatidos na Rádio Senado nesta segunda-feira, ao meio-dia, no programa *Conexão Senado*.

No debate, parlamentares e especialistas vão discutir a possibilidade de transformação dos quatro países do Mercosul em um grupo homogêneo, superando as diferenças para a construção de um projeto conjunto de desenvolvimento.

O Parlamento do Mercosul deverá contar com orçamento de US\$ 1 milhão em 2008, o que equivale a R\$ 1,95 milhão. O Brasil participará com o corres-



Estruturado, Parlamento discute agora interesses dos países membros

pondente a US\$ 250 mil, mesmo investimento previsto para os outros três países do bloco - Argentina, Paraguai e Uruguai.

Neste mês, durante reunião em Montevidéu, o Parlamento instalou as dez comissões permanentes encarregadas das negociações entre os países. Três

delas ficaram sob o comando do Brasil: a de Assuntos Econômicos, Comerciais, Tributários e Monetários; a de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte; e a de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Moradia, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Por dentro da lei das vagas para idosos

Duas poltronas em cada ônibus de viagem interestadual devem ser reservadas para pessoas com idade a partir de 65 anos cuja renda seja inferior a dois salários mínimos. Esse direito, previsto no Estatuto do Idoso, já foi regulamentado.

Nesta terça-feira, às 8h30, o programa *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, conversa com José Antônio Schimidt, superintendente de serviços de transporte de passageiros da ANTT sobre esse e outros direitos dos passageiros de ônibus interestaduais.



Estatuto prevê que, em cada viagem de ônibus interestadual, duas poltronas devem ser reservadas a pessoas com 65 anos ou mais

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 29.9.2007

1h Cidadania Debate
2h Leituras - Cristovão Tezza
2h30 Inclusão - Envelhecimento e Saúde
3h30 Cidadania Entrevista
4h Alô Senado
4h15 Eco Senado - Extinção de árvores
4h30 De coração
5h Conversa de Músico
6h Cidadania Debate
7h Alô Senado
7h15 Eco Senado (reprise)
7h30 Cidadania Entrevista
8h De coração
8h30 TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 Leituras (reprise)
10h Quem Tem Medo da Música Clássica? - Frederic Chopin
11h Parlamento Brasil
11h30 Inclusão (reprise)
12h30 Cidadania Entrevista
13h Alô Senado
13h15 Eco Senado (reprise)
13h30 Cidadania Debate
14h30 Conversa de Músico
15h30 Mesa Brasileira - Comedores de Mandioca
16h30 Repórter Senado - Educação
17h30 Cidadania Entrevista
18h Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h Cidadania Debate
19h45 Alô Senado
20h Leituras (reprise)
20h30 Especial
21h Parlamento Brasil
21h30 Repórter Senado Educação
22h30 Inclusão (reprise)
23h30 De coração
24h Espaço Cultural - Wanderley Monteiro

DOMINGO - 30.9.2007

1h Cidadania Debate
2h Alô Senado
2h15 Eco Senado - Extinção de árvores
2h30 Inclusão - Envelhecimento e Saúde
3h30 Cidadania Entrevista
4h Leituras - Cristovão Tezza
4h30 De coração
5h Conversa de Músico
6h Cidadania Debate
7h TV Brasil Internacional América do Sul Hoje
7h30 Cidadania Entrevista
8h Leituras (reprise)
8h30 De coração
9h Inclusão Envelhecimento e Saúde
10h Quem Tem Medo da Música Clássica? - Frederic Chopin
11h Alô Senado
11h15 Eco Senado (reprise)
11h30 Especial
12h30 Cidadania Entrevista
13h Parlamento Brasil
13h30 Cidadania Debate
14h30 Espaço Cultural - Wanderley Monteiro
15h30 Mesa Brasileira - Comedores de Mandioca
16h30 Inclusão (reprise)
17h30 Cidadania Entrevista
18h Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h Cidadania Debate
19h45 Conversa de Músico
20h30 Leituras (reprise)
21h Mesa Brasileira (reprise)
22h Repórter Senado Educação
23h Parlamento Brasil
23h30 De coração
24h Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

Como sintonizar

TV A CABO
NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA
Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF
João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

SENADO



Evento sobre o Legislativo foi realizado em parceria com a Universidade de Brasília, ILB, Unilegis e Cefor

Seminário discute democracia e cultura

Participantes do Seminário Internacional Estudos sobre o Legislativo abordaram na última semana o tema "Democracia e cultura política". O evento foi uma promoção do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), ambos do Senado, do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

A diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, assinalou que o seminário apresentou aos pesquisadores acadêmicos experiências do Legislativo.

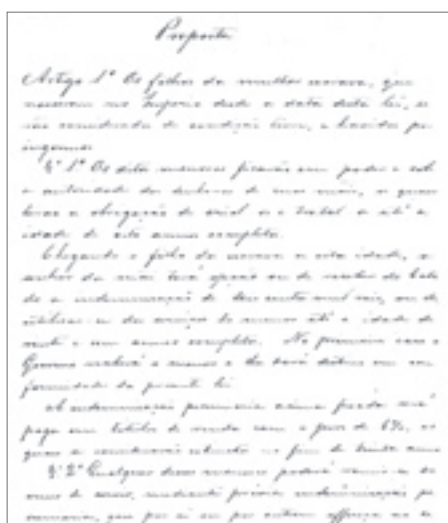
A representante do Departamento de Sociologia da UnB, Débora Messenberg, disse que a Constituição de 1988 possibilitou à sociedade brasileira participar mais efetivamente da vida política do país. Com a atual Constituição, salientou a pesquisadora, a sociedade deixou de apenas delegar representatividade para participar dos procedimentos de elaboração legislativa.

– Abre-se um caminho inédito para a História brasileira, que possibilita que as maiorias, sob o manto regulador do Direito, tenham condições de participar como personagem efetivo da esfera pública – ressaltou.

Esta edição do Jornal do Senado deixa de publicar, excepcionalmente nesta semana, a seção Resenha.

Arquivo aberto

O dia 28 de setembro foi conveniado como Dia do Ventre Livre desde a assinatura da Lei do Ventre Livre, em 1871, sob o nº 2.040: "A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: "Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre". Em 17 de abril de 1997, o senador Abdias



REPRODUÇÃO

Nascimento lembrou que "um dos tristes recordes que o Brasil detém é o de ter sido o último país do Ocidente a abolir a escravatura.

Documentos históricos na Bienal do Livro

Uma vitrina organizada pela Secretaria de Arquivo do Senado, na qual estiveram expostos importantes documentos históricos do país, chamou a atenção dos visitantes do estande do Senado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que aconteceu do último dia 13 ao dia 23, no Riocentro.

Segundo Carlos Eduardo Ábrego, membro da Comissão de Feiras de Livro do Senado, o critério de escolha dos documentos prioriza a busca da interação da instituição com a população. Ele explicou que sempre são expostos documentos de interesse

nacional e regional, sendo que os últimos costumam causar mais "espanto e admiração" ao público presente, por estarem mais próximos do seu dia-a-dia.

Como documentos regionais foram expostos a proposta de emenda à Constituição, do então senador Nelson Carneiro, de 1977, introduzindo o divórcio no Brasil; o projeto que autoriza crédito de "duzentos contos" para a construção do monumento do Cristo Redentor, inaugurado em 12 de outubro de 1931, hoje uma das Sete Maravilhas do mundo; o projeto do então senador Álvaro Machado, que exerceu mandatos

de senador no final do século 19 e início do século 20, estabelecendo um plano de saneamento e embelezamento da cidade do Rio de Janeiro; e o requerimento para a construção da ponte Rio-Niterói, inaugurada em 1974.

Como documentos nacionais estão em exposição a Lei Áurea, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil, ainda no Império; o texto da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961; o termo de posse de Luiz Inácio Lula da Silva; e a ata de lançamento da pedra fundamental do edifício do Senado Federal na Praça da República.

Obra de Paulo Duque reúne discursos marcantes

Com a presença de políticos, autoridades e populares, foi lançado na última quinta-feira o livro *Peço a palavra pela ordem*, do senador Paulo Duque (PMDB-RJ), contendo discursos políticos representativos da República. O evento ocorreu no estande do Senado, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

O senador citou como destaques em sua obra o discurso de Afonso Arinos, na Câmara dos Deputados, defendendo a renúncia de Getúlio Vargas, e a contestação de Gustavo Capanema, consideradas duas belas peças de oratória. Disse ainda que o objetivo ao publicar o trabalho foi o de preencher uma lacuna

histórica.

– Até hoje não tivemos uma publicação que resgatasse os grandes e eloquentes discursos da história e este é o volume um de uma série – afirmou Paulo Duque.

O livro traz ainda discursos de Rui Barbosa, sobre liberdade de imprensa; Plínio Salgado, abordando a ciência e o mundo contemporâneo; Juscelino Kubitschek, tomando conhecimento de sua cassação; Paulo



Paulo Duque incluiu em publicação discursos de Afonso Arinos, Rui Barbosa e Juscelino

Brossard, sobre a anistia política; entre outros. Antes de cada discurso há uma breve bibliografia do parlamentar referenciado.

Há 40 anos –

Em 25 de setembro de 1967, Carlos Lacerda, principal articulador da Frente Ampla, encontrou-se com o ex-presidente da República João Goulart em Montevidéu, o que fortaleceu o movimento, com várias manifestações populares. A Frente Ampla foi criada para lutar pela restauração do regime democrático no Brasil. Em 6 de dezembro de 2006, o senador Pedro Simon discursou em homenagem a João Goulart. No discurso, Simon lembrou as dificuldades de Jango: "Foram tempos difíceis para o presidente João Goulart no exílio". O parlamentar frisou que, apesar disso, Goulart manteve-se fiel à democracia: "Pela grandeza de se unir a Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, lançando a frente de entendimento, buscando a democracia, a Frente Ampla".

Há 90 anos –

Em 30 de setembro de 1917, nasceu José Abelardo Barbosa de Medeiros, o Chacrinha, um dos apresentadores mais populares da televisão brasileira. Nordestino, começou a carreira no rádio, em 1939. Levado à televisão, o "Velho Guerreiro" criou um programa de calouros que se tornou muito popular no país e projetou grandes nomes da MPB. Chacrinha criou diversos bordões, como o mais famoso deles: "Quem não se comunica se trumbica". Em 27 de setembro de 1996, o senador Edison Lobão lembrou em Plenário que "decorridos tantos anos da morte de Chacrinha, todos nos lembramos, com um sorriso nos lábios, das brincadeiras que caracterizavam os conhecidos programas da sua produção". E revelou: "Pessoalmente, tive um grande prazer em ter em Abelardo Barbosa um dileto amigo. Graças à nossa convivência, pude nele observar não somente o talento do artista, mas a excelência de uma personalidade privilegiada".

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

É preciso debater com o poder público

Não é só por meio dos votos dados aos candidatos nas eleições que o cidadão é convocado a participar das decisões, e até mesmo a controlar e fiscalizar o poder público. Plebiscitos e referendos, ouvidorias e “disque-denúncias”, orçamento participativo, consultas e audiências públicas sobre questões específicas também são importantes oportunidades de participação. Veja nesta edição do *Especial Cidadania* o que são audiências públicas e como delas participar. Elas são instrumento para cumprir a determinação da Constituição de que o administrador deve ouvir o cidadão, tanto para fazer uma nova lei quanto para decidir uma questão administrativa importante.



Audiências para ouvir o cidadão

A audiência pública serve para que o poder público ouça a sociedade sobre uma proposta ou problema, antes de decidir. É por meio dela que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos da decisão têm oportunidade de se manifestar. É também na audiência pública que o responsável pela decisão tem acesso, em condições de igualdade e em contato direto e simultâneo com os interessados, às opiniões sobre a questão em debate.

O assunto da audiência pública deve envolver um interesse cole-

tivo reconhecidamente importante, como situações que envolvem meio ambiente (a construção de uma hidrelétrica, por exemplo), segurança, saúde, educação, direitos civis, entre outras. Sempre que a administração pública precisa tomar uma decisão importante sobre uma questão desse tipo, deve assegurar que os interessados sejam ouvidos.

Cabe à autoridade responsável identificar a relevância da questão, convocar a audiência antes de tomar a decisão e criar todas as condições para que o debate

tenha a participação ativa e efetiva da população.

Embora a legislação não obrigue o poder público a acatar as opiniões manifestadas durante a audiência pública, ela determina que sirvam de subsídio para a análise da questão e constem de relatório que registre o que foi debatido e como se deu o debate. Como é sempre mais difícil tomar uma decisão da qual a sociedade, publicamente, discorda, a participação nas audiências públicas é parte importante do exercício da cidadania.

Como participar?

Cada órgão do poder público tem seus próprios procedimentos para realizar audiência pública. O cidadão deve acompanhar pelos veículos de comunicação de instituições como a prefeitura, governos estadual e federal, agências reguladoras e órgãos de defesa do meio ambiente, Câmara dos Deputados e Senado Federal, entre outros, a publicação das convocações nas áreas de seu interesse.

Para falar numa audiência pública é necessário ser espe-

cialista no assunto debatido ou representante de entidade reconhecidamente atuante na área – associações, fundações, sindicatos e outras organizações não-governamentais.

Em 2006, as comissões do Senado realizaram 117 audiências públicas. Para que elas ocorram, é preciso que a comissão aprove o requerimento de um dos seus membros, solicitando a realização do debate e indicando os especialistas e entidades que deverão ser ouvidos.

Qualquer cidadão ou entida-

de pode dirigir-se à secretaria da comissão ou ao gabinete do senador que apresentou o requerimento e solicitar que sejam ouvidos outros especialistas ou entidades com interesse legítimo na questão.

Essa indicação deve ser aprovada pela comissão, que define, antes da audiência, todos aqueles que poderão falar. Se a questão for controversa, é dever da comissão equilibrar a participação de pessoas e entidades contrárias e favoráveis à proposta a ser debatida.

Quem pode realizar uma audiência pública?

Podem realizar audiências públicas os órgãos dos poderes Legislativo e Executivo; o Supremo Tribunal Federal, antes de julgar se uma lei ou norma está ou não de acordo com a Constituição Federal; e o Ministério Público, sempre que precisar colher subsídios para defender os direitos assegurados nas constituições federal e estaduais.

No processo legislativo, o objetivo das audiências é integrar representantes

(deputados e senadores) e representados (eleitores), realizando um debate coletivo das questões de interesse geral ou mesmo de segmentos específicos da sociedade para subsidiar os parlamentares para o adequado exercício de suas funções.

Também as câmaras legislativas estaduais e assembleias de vereadores podem e devem fazer audiência pública para o debate de assunto relevante.

Quem pode manifestar opinião durante o debate?

Todos os interessados podem assistir à audiência, mas apenas os autorizados pela administração do debate podem falar. O órgão realizador deve informar com antecedência sobre como será feita a inscrição para participar. Pode ser uma intervenção direta, em que um particular,

geralmente um especialista na questão, pessoalmente e em seu próprio nome, comparece e expõe sua opinião; ou indireta, em que quem participa é uma organização legalmente reconhecida (associações, fundações, cooperativas, sindicatos etc.), por meio do seu representante.

Saiba mais

Comissões do Senado Federal
www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/comPermanente.asp

Gabinetes dos senadores
www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_atual.asp?o=1&u=*&p=*

Comissões da Câmara dos Deputados
www2.camara.gov.br/comissoes/permanentes/index.html

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)
SCEN, trecho 2, Ed. Sede
Brasília (DF) - CEP 70818-900
0800 61-8080
www.ibama.gov.br

Agências reguladoras
Agência Nacional de Águas (ANA)
Setor Policial, área 5, quadra 3, blocos B, L e M
Brasília (DF) - CEP 70610-200
061 2109-5400
www.ana.gov.br

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)
Aeroporto Internacional de Brasília, Setor de Concessionárias, lote 5
Brasília (DF) - CEP 71608-900
061 3905-2673
www.anac.gov.br

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
SAUS, Q 6, blocos C, E, F e H
Brasília (DF) - CEP 70070-940

0800 33-2001
www.anatel.gov.br

Agência Nacional do Cinema (Ancine)
SRTV Sul, conjunto E, bloco I
Brasília (DF) - CEP 70340-901
Rio de Janeiro (RJ)
www.ancine.gov.br

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
SGAN, Q 603, mod.J, 1º andar
Brasília (DF) - CEP 70830-030
Telefone: 144
www.aneel.gov.br

Agência Nacional do Petróleo (ANP)
SGAN, Q 603, mod. I, 3º andar
Brasília (DF) - CEP 70.830-902
061 3426-5199
www.anp.gov.br

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
SAUS, quadra 1, bloco M
Brasília (DF) - CEP 70070-935
061 3213-3000 e 0800 701-9656
www.ans.gov.br

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)
SEPN, quadra 514, conjunto E, Ed. Antaq - Brasília (DF)
CEP 70760-545
061 3447-1035
www.antaq.gov.br

Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)
SBN, Q 2, bloco C
Brasília (DF) - CEP 70040-020
0800 61-0300
www.antt.gov.br

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
061 3448-1000
www.anvisa.gov.br

Projetos de lei
PLS 109/03 - Obriga a realização de audiências públicas antes que sejam autorizados aumentos das tarifas praticadas pelas concessionárias de serviços públicos. Autor: senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

PRS 11/07 - Obriga o presidente do Banco Central a comparecer trimestralmente ao Senado, em audiência pública, para debater a política monetária. Autor: senador Aloizio Mercadante (PT-SP)